

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

ARTE ORATÓRIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

**Uma etnografia das performances e estratégias discursivas de líderes
comunitários a partir de sua atuação na esfera pública de Porto Alegre**

MOISÉS KOPPER

Porto Alegre

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

ARTE ORATÓRIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Uma etnografia das performances e estratégias discursivas de líderes comunitários a partir de sua atuação na esfera pública de Porto Alegre

MOISÉS KOPPER

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre

2009

AGRADECIMENTOS

Esta monografia teve o suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através da concessão de uma bolsa de Iniciação Científica, modalidade PIBIC, de agosto de 2007 a dezembro de 2009.

A observação participante, que se constituiu no recurso metodológico por excelência deste trabalho, não teria o mesmo êxito sem a colaboração e o acolhimento de inúmeras pessoas. No Fórum da Região Centro e no Conselho do Orçamento Participativo, agradeço, pois, aos conselheiros e delegados com quem pude dialogar ao longo desses anos. No Camelódromo, sou grato a todos os meus informantes, que me receberam em suas bancas com solicitude e acolhimento, apesar dos problemas que vêm enfrentando. De maneira especial, devo um agradecimento privilegiado a Juliano Fripp, que acompanhei incessantemente durante o último ano de pesquisa: um muito obrigado, portanto, aos nossos muitos momentos de diálogo e de parceria.

Os momentos de troca, de discussão e de diálogo crítico com os colegas de bolsa foram importantes para o desenvolvimento dos argumentos desta monografia. Agradeço, pois, a Francieli Ruppenthal e Marcos Andrade Neves. A todos os professores com quem pude debater e apresentar versões ou capítulos deste trabalho, um outro agradecimento. Minha gratidão vai também aos demais colegas que oportunizaram debates informais sobre o assunto; em especial àqueles – também os professores – com quem tive a oportunidade de discutir o assunto nas reuniões do Núcleo de Pesquisas sobre Culturas Contemporâneas. Aos colegas da seleção de mestrado e de formatura, com quem dividi a preparação e ansiedade, um abraço cordial. Ao meu orientador, professor Arlei, que me proporcionou o essencial para a confecção desta monografia, devo não somente os agradecimentos de praxe, como também a impagável disponibilidade para a interlocução de idéias e de orientação para a pesquisa.

Finalmente, mas não menos importante, um agradecimento todo especial à minha família. Ao meu pai Cláudio e minha mãe Jurema, sou grato pelo estímulo, pela confiança, e por tudo que têm feito para me ajudar, em todos os momentos; aos meus tios, à minha avó, e demais parentes, um muito obrigado pela preocupação e pela torcida; à Lizi, por dividir comigo todas essas experiências e me acompanhar, tanto na vida pessoal quanto acadêmica. A todos que, de alguma forma, deram sua contribuição, direta ou indiretamente, a esta monografia, deixo também o meu agradecimento.

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo discutir e problematizar o papel dos usos públicos da palavra na constituição da esfera pública e da democracia participativa de Porto Alegre. Pretende-se apreender, de forma particular, a maneira como a *arte oratória* é empregada estrategicamente por líderes comunitários que atuam no Conselho e na Região Centro do Orçamento Participativo (OP). Pensado como uma modalidade específica de capital simbólico que agrega valor às performances discursivas, o uso público – dramatizado e retórico – da palavra individual contribui para a compreensão dos processos representativos e de mediação política que orientam a participação popular, assim como dos significados atribuídos ao exercício da política. A etnografia privilegia, através da observação participante, a atuação e a circulação de lideranças comunitárias – conselheiros e delegados – enfatizando seus itinerários e demonstrando como suas competências linguísticas os conduzem à ação, articulando e conectando uma diversidade de agentes e instituições sociais: são espaços-tempo como o Conselho do OP (COP), o Fórum Regional do OP (que acompanho desde 2007), associações comunitárias, instituições da democracia representativa e o novo *Centro Popular de Compras* de Porto Alegre. Os resultados das investigações indicam que a apropriação e o uso recursivo de uma arte retórica nos discursos performáticos são fundamentais para a construção da reputação do líder comunitário. Igualmente, contribuem para a manipulação e conversão de outros capitais simbólicos – como o social e o político – que, articulados pela fala do líder, o autorizam a fazer uso público hegemônico da palavra, em nome de seus interlocutores, na mediação e representação política dos interesses de sua comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Oratória, Democracia Participativa, Orçamento Participativo, Antropologia, Porto Alegre.

ABSTRACT

This work is about the public use of the word in the spaces of participatory democracy in Porto Alegre. Seeks to understand, in particular, how the art of oratory is used strategically by community leaders who work in the Central Region of the Participatory Budget (OP). Thought as a specific modality of symbolic capital that adds value to the discursive performances, the public use – dramatized and rhetoric – of the individual word contributes to the understanding of the representative procedures and of the political mediation that guide popular participation, as well as of the symbolic and subjective meanings assigned to the exercise of politics. The ethnography focuses, through participant observation, the itineraries of one of these community leaders, showing how his language skills lead him to action, articulating and connecting a variety of agents and social institutions: the Council of the Participatory Budget (COP), the Regional Forum of the Participatory Budget (which I follow since 2007), associations of informal workers and the new *Centro Popular de Compras*, in Porto Alegre. The results of the investigations indicate that the handling and the recursive use of the art of oratory in a speech performance are fundamental to the reputation of the community leader. Also contribute to the manipulation and conversion of other modalities of symbolic capital – like the social and political – that are articulated through the leader's speech, to allow the hegemonic use of the public word, in name of its partners, in the mediation and political representation of the interests of his community.

KEY-WORDS: Art of Oratory, Participatory Democracy, Participatory Budget, Anthropology, Porto Alegre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. ARTE ORATÓRIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: Os sustentáculos teórico-epistemológicos.....	12
1.1 Arte Oratória e Democracia Participativa.....	13
1.2 A Questão Metodológica.....	20
2. O FROP CENTRO E A FORMAÇÃO DOS SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO: Duas modalidades de agência engajada	23
2.1 A perspectiva da oportunidade política: os casos de Chiquinho e Juliano	26
2.2 A perspectiva da cidadania: os casos de Jakubaszko e Felisberto	31
3. ENTRE A RUA E A “GAIOLA”: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político	39
3.1 A eleição de Juliano no Camelódromo	42
3.2 O Uso da Tribuna Popular na Câmara de Vereadores	44
3.3 O regresso ao Camelódromo e o Uso Cotidiano da Palavra.....	50
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	62

LISTA DE ABREVIATURAS

OP-POA	Orçamento Participativo de Porto Alegre
FROP	Fórum Regional de Delegados e Conselheiros do Orçamento Participativo
COP	Conselho do Orçamento Participativo
ASFERAP	Associação Feira Rua da Praia
SMIC	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
OP	Orçamento Participativo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
CPC	Centro Popular de Compras
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre
MP	Ministério Público
SMOV	Secretaria Municipal de Obras e Viação
PT	Partido dos Trabalhadores
POA	Porto Alegre
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objeto a problematização dos usos públicos da palavra em diferentes espaços de discussão e negociação que constituem a democracia participativa e a esfera pública de Porto Alegre. Ao tomar como ponto de partida o Orçamento Participativo da cidade (OP-POA)¹, o que desejo é situar a reflexão sobre a dimensão menos explorada do processo de participação democrático – do ponto de vista dos estudos sociológicos e políticos que se debruçaram sobre o tema. Trata-se de apresentar alguns elementos que permitem demarcar uma inflexão no olhar sobre como a participação popular na esfera pública – particularmente no OP – é produzida e significada. É tomando como referência a *atuação e circulação dos agentes efetivos dessa participação* – delegados, conselheiros e lideranças comunitárias – e a *construção dos sentidos atribuídos por esses sujeitos* a conceitos tradicionalmente pensados pela ciência política – tais como participação, democracia, cidadania, política, etc. – que as próprias nuances e especificidades do OP adquirem inteligibilidade².

Sugiro que um dos principais capitais simbólicos – a partir de cujo uso estratégico a figura do líder comunitário pode ser pensada e adquire uma relevância propriamente antropológica – está na manipulação pública da palavra. Se é possível compreender privilegiadamente os sentidos atribuídos pelos sujeitos por meio dessas práticas discursivas, é porque os usos persuasivos da palavra pública pressupõem uma *comunicação*: há um conteúdo – culturalmente constituído – que é veiculado, transmitido e *mediado* no próprio ato da fala (AUSTIN, 1962; OTTONI, 1998). Por outro lado, essa comunicação só é completa quando conectada ao processo paralelo de *performatização* e *manipulação retórica* da palavra, isto é, da dramatização e da espetacularização que subjaz ao poder delegado da palavra (BOURDIEU, 1998) – o que remete ao problema da produção da *reputação* e da *representação*, enfim, da legitimidade em dispor da palavra em nome de alguém.

Nessa perspectiva, a *arte oratória* será tratada como a manipulação de todo um conjunto de técnicas de expressão, orais e corporais, a partir do qual o líder passa a ser

¹ A última década do século passado assistiu à emergência e consolidação de inovações democráticas em nível municipal que ficaram conhecidas pelo nome de Orçamento Participativo (OP). Inspirado na idéia da democracia participativa e buscando formas várias de articulação entre democracia participativa e democracia representativa, o OP teve sua mais notável expressão em Porto Alegre, tendo sido adotado posteriormente em outras cidades brasileiras, latino-americanas e européias. Desde sua instituição na capital gaúcha, difundiu-se pela América Latina e pelo mundo, consagrando-se como uma das “mais bem-sucedidas” e “inovadoras” ferramentas de governança dos últimos anos. Atualmente, o OP é praticado em aproximadamente 200 municípios brasileiros e em diversas cidades da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, México, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (dados extraídos do relatório “Rumo a um Orçamento Participativo mais inclusivo e efetivo em Porto Alegre”, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento junto com o Banco Mundial, 2008).

² De fato, o OP manipula diretamente com códigos culturais heteróclitos – sendo constantemente (re)definido pelas intersecções polivalentes e dinâmicas dos processos que esses códigos dão origem – e, por isso mesmo, trabalha no limite, nas fronteiras cognitivas e pragmáticas entre as comunidades participantes e o Estado. O que está em jogo é justamente o processo de “indigenização” da modernidade (APPADURAI, 1999; SAHLINS, 2001); há muitas nuances nesse processo, cuja prática suscita estratégias não previstas pelas regras que, de algum modo, idealizam um dado modelo de participação, de cidadania e de Estado.

reconhecido entre os seus pares, e instituído e respeitado pela sua comunidade. O seu domínio exige a incorporação e a invenção (DE CERTEAU, 1994; JOSGRILBERG, 2005) de diferentes estilos de expressão, cada qual, por sua vez, adequado a um determinado espaço de interação social. Por conseguinte, cabe ao líder traduzir as intencionalidades que representa, conectando e “costurando” esses universos simbólicos, num processo constante de mediação (cf. VELHO e KUSCHNIR, 2001) e de criação subjetiva, através da formulação de um discurso oratório específico. No caso particular do OP, isto implica ressemantizar e reordenar os interesses, experiências e projetos culturais locais nos termos lingüísticos de expressão preconizados como legítimos nesses espaços – sem, no entanto, subsumir a singularidade dessas experiências, mas trazendo nuances culturais para dentro desse dispositivo de participação.

Tratarei de demonstrar, ao longo desta monografia, que é através do emprego da *arte oratória* que podem ser mais bem compreendidas as relações de concorrência que se instituem entre diferentes lideranças – seja no Conselho do OP (COP)³, seja nos Fóruns Regionais de Delegados e Conselheiros (FROPs)⁴ –, em disputa tanto pelo monopólio da representação⁵ e mediação de interesses comunitários, quanto pela construção de uma autoridade diante de seus pares. A articulação estratégica dessa modalidade de capital simbólico designada de *arte oratória* coloca em jogo um complexo sistema de construção de reputações e de produção e manutenção de capital político entre esses agentes – na medida em que envolve a habilidade de “jogar” com a própria corporeidade e com o discurso que a impregna, de maneira a produzir uma performance eficaz do ponto de vista ritual e simbólico, capaz de convencer seus interlocutores –, ao mesmo tempo em que permite a racionalização subjetiva e a produção de sentido acerca dos itinerários de sua mediação.

O uso público da palavra demanda, assim, da parte do líder comunitário, uma adequação dos projetos culturais locais às relações e esquemas de significação específicos que caracterizam cada campo de interação pelo qual circula. Trata-se, contudo, de uma conversão parcial, uma vez que o líder se articula nos interstícios e nas fronteiras entre esses universos de sentido, sem se reduzir inteiramente a nenhum deles; em outras palavras, sem tornar sua arte oratória refém de uma importação mecânica desses diversos *habitus*, mas antes uma manipulação estratégica com base no sentido do jogo incorporado de cada um desses espaços. Assim, *o surgimento da figura do líder como mediador político e a incorporação e*

³ Guardando certas semelhanças para com as instituições parlamentares convencionais, o COP é o órgão máximo de deliberação do OP, através da participação de todos os conselheiros de todas as diversas regiões do OP, ele planeja, fiscaliza e delibera sobre os investimentos a nível municipal.

⁴ Os FROPs reúnem os conselheiros e delegados em cada região ou temática, ocasião em que são discutidas as prioridades de investimentos locais. Em função da participação dessas duas categorias diferenciadas de agentes da democracia participativa – bem como de parte voluntária da comunidade – afloram com mais vigor e palpabilidade os embates políticos, as negociações de sentido entre o governo e a comunidade.

⁵ Os líderes comunitários estão no bojo dos processos de representação e mediação cultural, dado que suas movimentações e articulações conectam uma diversidade de agentes e instituições heteróclitas, desde a comunidade vernácula até o Estado e o poder público.

manipulação artístico-inventiva dessas técnicas oratórias são processos que devem ser considerados como indissociáveis e mutuamente intersectados. Por outro lado, a palavra publicamente empregada demanda também demonstrações ostensivas e reiteradas, que garantam e renovem a autoridade do líder diante da comunidade. Essas ações – que podem significar desde a mera ostentação pública do capital retórico, até a persuasão e a mobilização em torno de “causas” pelas quais vale a pena lutar –, colocam a construção do líder como um processo altamente instável, dinâmico e dependente da faculdade de dispor estrategicamente da palavra pública.

* * *

Iniciei minhas atividades de pesquisa em agosto de 2007, quando ingressei, como bolsista de Iniciação Científica, no projeto de pesquisa “Cultura e Democracia Participativa”, sob a orientação do professor Arlei Sander Damo. Desde então, venho realizando sistematicamente a observação participante nas arenas de participação institucionais do OP – sobretudo no FROP da Região Centro⁶ e, a partir de 2009, também no COP. Aos poucos, passei a perceber as dinâmicas culturais que ali se desenhavam como uma modalidade de jogo social, dramatizado e ritualizado de acordo com uma certa perspectiva estética e performática que possibilitava a expressão singular de seus participantes em espaços públicos específicos. O OP era tido, então, como um campo aberto de experimentação retórica, subjetiva e cultural a partir do qual novas práticas e técnicas poderiam ser apreendidas e acopladas na propulsão dos interesses locais das comunidades participantes.

Conquanto o OP permitisse a observação *in loco* dessas dinâmicas de representação e de reputação entre diferentes líderes comunitários, faltava um elemento essencial para a compreensão sobre como se institui e adquire inteligibilidade a figura do líder comunitário⁷. Passei a perceber, então, a necessidade de acompanhar mais detidamente o processo de realização da mediação política, da circulação de pessoas e dos fluxos de poder que se estabeleciam entre as comunidades locais e o Estado, para além dos espaços restritos do OP – particularmente através da intermediação do líder comunitário.

Nesse sentido, a partir do segundo semestre de 2008, passei a acompanhar etnograficamente a realização estratégica da mediação política pelos interstícios dos espaços públicos – num processo dinâmico, em que são testadas e colocadas à prova as capacidades do líder comunitário em fazer valer seus contatos, suas redes, seu capital simbólico e cultural,

⁶ Dentre as dezessete regiões geopolíticas e seis temáticas que compõem o OP, a Região Centro é a mais populosa (21,1% dos porto-alegrenses). Ademais, abrange uma dúzia de bairros onde se concentra parte da classe média e média-alta de Porto Alegre, embora a grande maioria dos frequentadores do FROP Centro sejam moradores das vilas, agrupamentos populacionais de pequena escala, localizadas em diferentes bairros dessa região.

⁷ Note-se que, através dessa inflexão teórico-metodológica, a preocupação central já não está na maneira como o OP opera e é construído, como um dispositivo estatal matizado pelas comunidades locais; antes, na maneira como a figura do líder comunitário passa a fazer sentido quando entendida nas suas articulações por esses e outros espaços. Desse ponto de vista, o OP aparece como um dispositivo privilegiado – mas não o único – de circulação, produção e reprodução de lideranças comunitárias através do uso retórico e público da palavra.

enfim, seu poder de barganha e negociação. Por conseguinte, para compreender a mediação, cumpre observar os seus processos de operacionalização, que necessariamente ocorrem nos entre-espacos – de liminaridade, de fronteira cultural – seja na relação do líder com a comunidade, seja na negociação cultural nos espacos de bastidor da política convencional, seja no acionamento de dispositivos estatais, como o Ministério Público, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores.

O ponto de partida para esse deslocamento de objeto e, conseqüentemente, do próprio interesse de investigação teórica, foi a candidatura de um dos conselheiros titulares da Região Centro para o cargo de vereador da cidade de Porto Alegre. A fim de acompanhar a rotina e as práticas dessa tentativa de incursão pelos espacos de produção do líder político, passei a tomar parte, mais diretamente, do cotidiano de *Juliano Fripp* que, além de atuante, há alguns anos, no Conselho do OP, também está à testa de um grupo de comerciantes informais envolvidos com a implantação do novo Camelódromo, no centro da cidade. Finalmente, desde fevereiro de 2009, tenho acompanhado quase que diariamente os efeitos da negociação e das estratégias políticas de Juliano e de sua comunidade no acionamento de várias modalidades de agências (ORTNER, 2007) para a consecução de seus interesses – entre as quais, por exemplo, o Ministério Público, a Prefeitura Municipal, a Imprensa, a Câmara de Vereadores. Da mesma forma, tenho realizado trabalho de campo entre os próprios camelôs, doravante considerados comerciantes populares, buscando captar os retratos e corolários subjetivos desses processos de transição física e cultural.

Os capítulos que seguem são, portanto, o resultado de uma articulação e racionalização que tem como pano de fundo a etnografia multissituada desses espacos heteróclitos que pontuam a atuação e circulação das lideranças comunitárias na democracia participativa. O desafio que se impõe, ao coligir essas múltiplas experiências de campo num texto mais ou menos coerente – cuja sistematicidade obedece a uma outra lógica de ordenamento em relação à realidade empírica que procura descrever –, é de manter o caráter processual e dinâmico dessas observações, sem cristalizá-las em palavras escritas e desconexas, isto é, sem desconsiderar o contexto performático de enunciação, a partir do qual é pensado e significado pelos agentes sociais concretos dessas observações.

O primeiro capítulo se concentra, portanto, sobre a questão metodológica e teórica que orienta, de maneira geral, a perspectiva da análise etnográfica que segue. A partir de uma breve análise acerca de como tem sido interpretada a participação popular na democracia participativa da cidade, discute-se, fundamentalmente, as possibilidades de inflexão no olhar sobre como esses engajamentos são compreendidos. A tentativa é de situá-los sob o prisma dos *usos públicos da palavra*, da manipulação de capitais simbólicos, tais como a *arte oratória*, que permitem um entendimento etnográfico das dinâmicas dos jogos de reputação e de mediação política.

O segundo capítulo tem o objetivo de traçar alguns perfis de participação, com vistas à sistematização das diferentes modalidades de engajamento e agência social observáveis no FROP da Região Centro do OP. A construção dessas tipologias é estratégica para a compreensão dos elementos discursivos das performances de diferentes líderes comunitários, na medida em que aborda os fenômenos de racionalização discursiva e da formação dos sentidos e experiências de participação.

O terceiro capítulo estende as observações e conclusões apresentadas até o momento para o caso de um líder comunitário em particular – conselheiro da Região Centro do OP –, na tentativa de jogar luz sobre os processos de mediação política, através do uso público da palavra, no cotidiano de sua atuação e no acompanhamento sistemático de seus itinerários. O texto traz alguns casos etnográficos paradigmáticos que permitem refletir sobre os processos de institucionalização do líder perante sua comunidade, bem como de sua agência e articulação por espaços públicos heteróclitos – como o Ministério Público, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal.

Por fim, há ao menos duas possibilidades de compreensão ou de leitura dos capítulos. Eles podem ser abordados separadamente como ensaios que documentam o uso público da palavra por indivíduos-chave em arenas específicas que compõem a esfera pública de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, é possível seguir as trajetórias intercaladas dos estudos em direção à compreensão da especificidade experiencial dos sentidos atribuídos à participação política, em diferentes momentos e a partir de diferentes níveis de compreensão, num diálogo do concreto e do abstrato, dos dados culturais e dos detalhes da experiência com os conceitos metodológicos e das reflexões teóricas.

**ARTE ORATÓRIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:
Os sustentáculos teórico-epistemológicos**

O Orçamento Participativo (OP), enquanto espaço-tempo específico de construção da realidade, está sujeito a uma extensa possibilidade de definições que transcendem o escopo desta monografia. Longe de apresentá-los e repassá-los exaustivamente, pretendo apenas mapeá-los e coligi-los de forma que possibilitem a construção do modelo teórico que servirá de aporte epistemológico, no interior do qual as performances e a arte oratória, de maneira geral, poderão ser mais bem compreendidas e delineadas.

Do ponto de vista prescritivo, isto é, dos agentes governamentais fundadores desse dispositivo, o processo de implementação buscava inspiração na idéia da democracia participativa, englobando formas várias de articulação entre democracia participativa e democracia representativa. Enquanto um dispositivo que permite a participação popular na gestão dos bens públicos – ou de parte deles, ao menos – o OP pretende-se inovador em relação às práticas clientelistas e à democracia representativa convencional:

Having won several municipal elections in 1989, including Sao Paolo with over 10 million people, the PT began a creative experiment of engaging a wide spectrum of people to formulate city budgets. The Porto Alegre case has, in particular, having been nominated by the 1996 UN Summit on Human Settlements in Istanbul as an exemplary 'urban innovation', stood out for demonstrating an efficient practice of democratic resource management⁸.

Parcela substantiva da literatura acadêmica sobre o tema tem acentuado esse caráter idealizado, normativo e protocolar do processo de participação na democracia participativa, problematizando fundamentalmente as relações entre sociedade civil e Estado, a questão do “desenho institucional” e dos modelos de democracia (AVRITZER, 2003, p. 16-20). Por outro lado, mesmo que o OP seja um espaço importante para avaliar a receptividade e o sucesso de inovações democráticas, não menos relevante é delinear o impacto gerado em termos culturais. As reflexões pretensamente críticas acerca do OP estabeleceram como limites do conhecimento os termos e o *modus operandi* da própria sociedade. Mas, como afirma Kunrath Silva (2002), a participação social na gestão pública é difícil de ser apreendida em toda a sua extensão – “[...] são objetos carregados de significados e representações produzidos pelos agentes sociais e políticos envolvidos nestas disputas” (p. 14).

Em suma, a diversidade de significados, longe de ser um obstáculo para o que quer que seja, é justamente o que torna relevante para a antropologia o estudo do OP. Se há um nó compreensivo em relação ao processo efetivo de participação e, por extensão, do que significam, para seus frequentadores, termos como “engajamento”, “cidadania” e

⁸ Dados extraídos do Relatório “Rumo a um Orçamento Participativo mais inclusivo e efetivo em Porto Alegre”, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento em associação com o Banco Mundial, 2008.

“democracia”, por exemplo, é porque falta captar os sentidos das ações ali empreendidas, do ponto de vista dos agentes sociais encarnados do processo (DAMO, 2006; 2008). Uma abordagem antropológica desta temática permite, por conseguinte, desvelar as nuances locais do processo de mobilização popular que, de outra sorte, permaneceriam obliteradas, mas cujo conjunto responde pela singularidade, pelo caráter *sui generis* subjacente ao projeto do OP. Uma maior atenção sobre os fenômenos de operacionalização de códigos culturais heteróclitos no bojo da dinâmica do OP descortina, pois, uma multiplicidade de produções, reproduções e negociações de sentidos “para a” e a “partir da” participação na política.

Vista dessa maneira, enfatizando a *dimensão concreta das experiências cidadãos pela produção etnográfica*, é possível compreender a política nas interfaces com a cultura, como tramada às teias de configurações sociais e culturais que lhe servem de suporte. Em outras palavras, ao problematizar a participação na política, tendo em vista as intersecções deste com outros campos sociais, franqueando os feixes de lutas e violências simbólicas que lhe são intrínsecos enquanto partes constitutivas, tem-se por escopo o desvelamento do cunho local, artesanalmente engendrado (GEERTZ, 1997), da Política como um valor. É tomando a política como termo êmico, com ênfase na etnografia e atento às tramas nativas (PEIRANO, 1996, 2002; STEIL, 2001), que se poderá trazer novos elementos para o debate em torno da participação popular na política e, sobretudo, do dinamismo da cultura popular no Brasil.

A idéia fundamental é de colocar em evidência a construção do campo político como dependente e inerente às redes de configurações culturais locais, isto é, do fazer político como uma produção artesanal e contextual. Em perspectiva ampla, isto implica uma alternativa epistemológica às teorizações que põem em voga as dificuldades de conversão à “modernização” do mundo da vida em sociedades periféricas, que não somente pressupõem uma relação comunicativamente mediada – estabelecendo um pano de fundo consensual acerca do que seja comunicação e de como esta deve desenvolver-se – como também supondo que todos a ela tenham acesso de maneira equitativa, o que não é pouco. Em poucas palavras, ao sugerir que o fundamento cardinal da modernidade passa pelas possibilidades de articulação racionalizadas e dialógicas na esfera pública, a partir do “mundo da vida”, enfim, ao propor as próprias “regras do jogo” a partir das quais constituir-se-ão as relações comunicativas, Habermas está optando por manter e recrudescer este que é um dos traços mais característicos da contemporaneidade, da democracia cosmopolita: a construção de uma arena e de uma agenda de interlocução de conteúdos culturais, nos limites propostos pela democracia. Isto implica o reconhecimento do conflito verbalizado como uma forma de sociabilidade, na medida em que forja uma unidade por meio da interação entre os oponentes, tais como regras de conduta e meios de expressão ordenados. Longe, portanto, de superar a modernidade, ei-la aqui, em toda sua plenitude.

1.1 – Arte Oratória e Democracia Participativa

Gostaria de começar a pensar a questão do desenvolvimento de uma arte oratória idiossincrática que tem lugar nos espaços destinados ao uso público e performático da palavra, a partir da discussão ensejada por Clastres (1979), ao problematizar o papel do chefe político nas “sociedades contra o Estado”. Entre tais grupos sociais, a palavra mediada constitui-se no dever do poder: não se reconhece ao chefe o direito à palavra porque ele é o chefe; a sociedade exige do homem destinado a ser chefe que ele prove o seu domínio sobre uma série de competências técnicas que o distinguem do resto do grupo, habilidades, estas, centradas no uso retórico da palavra (CLASTRES, 1979, p. 149-153). Contudo, se como quer o autor, o chefe não diz, literalmente, nada, nem, tampouco, é escutado pelos seus interlocutores, tratando-se tão-somente de um ato ritual e uma celebração das normas da vida cotidiana, não menos importante é investigar quais são os meandros subjacentes que instituem e mantêm o ordenamento implícito deste jogo singular de retórica.

Um dos elementos constitutivos centrais para o entendimento dos sustentáculos simbólicos inerentes aos contextos de performance discursiva e que orienta a expressão pública do chefe como mediador político, é o desenvolvimento subjetivo daquilo que Ghasarian (2007) denominou “arte oratória”, tendo como contexto etnográfico a sociedade de Rapa, na Polinésia Francesa. Consoante o autor, as qualidades retóricas de expressão da palavra pública ritualizada nesses grupos sociais estão associadas ao exercício de funções estatutárias importantes, como as de pastor, diácono, prefeito, presidente de associação local, etc. Contudo, diferentemente de Clastres (1979) – que associa, de forma indissociável, poder e palavra – Ghasarian está preocupado em demonstrar como uma determinada *arte oratória sui generis* (performance) opera concomitantemente à formação de uma *arte democrática* (mediação de sentido) e, por extensão, na construção de um *in-group* moral entre os sujeitos (GHASARIAN, 2007). Assim, antes de tudo, os momentos rituais de expressão

(...) permet également – et c’est le point qui nous intéresse ici – d’exprimer verbalement, avant et après l’action proprement dite, leurs opinions sur le travail général du groupe impliqué dans la préparation d’un événement particulier et, plus globalement, sur la communauté dans laquelle elles vivent (ibidem, p. 136).

Do ponto de vista etimológico, a noção de “retórica” designa o “estudo do uso persuasivo da linguagem, em especial para o treinamento de oradores”, podendo se referir, ainda, aos “adornos empolados ou pomposos de um discurso” ou ainda a um “discurso de forma primorosa, porém vazio de conteúdo”. Por sua vez, o conceito de oratória, associado à eloquência, implica a “arte de falar em público”⁹. De todas essas definições, será descartada apenas aquela que opera uma separação entre forma e conteúdo. Não somente a eficácia discursiva reside na conjunção desses dois elementos, como também sua capacidade de persuasão deve ser buscada na intersecção entre a mensagem comunicada e os adornos locais e culturais que são agregados ao ato da fala, permitindo situar a expressão pública do orador.

⁹ Definições extraídas do Novo Dicionário Aurélio, 3ª Ed., 2004.

Nessa perspectiva, a “arte de falar em público”, sua eficácia e persuasão, está diretamente vinculada à habilidade de manipular códigos simbólicos e esquemas significativos (signos culturais) que denotam o pertencimento a espaços sociais específicos. Trata-se de uma conexão indissolúvel entre o processo de mediação política – que pressupõe a comunicação e produção de um sentido propriamente discursivo – e a manipulação inventiva das técnicas de expressão (arte oratória) de acordo com os diferentes espaços simbólicos de circulação.

Há, portanto, uma diferença essencial entre o papel do chefe nas “sociedades contra o Estado” e o do mediador político que atua na intersecção de diferentes universos simbólicos: ambos estão a serviço da comunidade que os institui; contudo, a relação do chefe com o seu grupo não implica o seu deslocamento subjetivo, tampouco conduz a processos de representação ou de mediação de interesses e projetos culturais: o chefe é apenas mais um indivíduo da comunidade investido do poder de manipular publicamente a palavra, suas performances apenas reafirmando e atualizando as cosmologias e códigos perceptivos da tribo. Por sua vez, o líder comunitário se depara com diferentes instâncias de representação e de mediação; espera-se que ele saiba se dirigir não somente ao grupo social, como também que articule eloqüentemente suas intencionalidades em outros espaços que se afiguram como inacessíveis aos indivíduos ordinários da comunidade – o que leva à produção de sua singularidade e de sua reputação. A arte oratória torna-se, neste caso, condição *sine qua non* para a eficácia simbólica do discurso nesses outros espaços que transcendem o grupo de origem, uma vez que estes demandam da liderança a incorporação de suas disposições cognitivas (*habitus*) e técnicas de expressão particulares.

Ao mesmo tempo em que a narrativa do sujeito (re)produz o “real”, a partir de um ponto de vista particular, ela também articula um espaço interpretativo no qual se manifestam novos desejos, e o social é investido com a ambivalência de múltiplos significados, que podem trazer à tona possíveis brechas entre o “real” e o “mundo produzido por palavras”, a imagem do real mediada pela narrativa. Isto significa que a performance, através da arte oratória e da expressão equânime de opiniões, institui também novos espaços, roteiros, itinerários, práticas, significados, projetos, compromissos, reciprocidades, etc., que transcendem o ato enunciativo e ilocucionário *per se*. Nesse sentido, a expressão pública da palavra concorre para a racionalização subjetiva do agente social referenciado a um sistema de posições em uma dada realidade social – aquilo que Cardoso (2007) chamou de “narrativização”¹⁰.

Como espaço de desdobramento sobre si mesmo e atualização e ressemantização de práticas e códigos culturais, as ocasiões de performatização da palavra podem ainda ser entendidas a partir das noções de “liminaridade social” e “*communitas*” empregadas por

¹⁰ A “narrativização” é entendida como um processo de significação através do qual “experiência”, “sujeito” e “evento” são simultaneamente constituídos.

Turner (1974; 2008). Nesses momentos rituais, o ator social abandona simbólica e provisoriamente sua posição hierárquica em meio a uma estrutura social dada, da qual inexoravelmente é parte, para imergir em um novo contexto de ação, no interior do qual lhe é concedida a prerrogativa de exteriorizar ponderações, observações, acusações, críticas, sugestões, reflexões, etc. Com isso, a dramatização oral propicia a experiência concreta de estar às margens da sociedade, bem como de lançar um olhar mais crítico sobre a realidade social, tomando consciência dos conflitos, das contradições estruturais, dos problemas não resolvidos ou suprimidos que afetam o sistema cultural de modo mais amplo.

Por sua vez, os elementos estéticos e meta-lingüísticos que pontuam a performance colocam em jogo uma lógica específica cujo fundamento último é o controle subjetivo e individual das emoções durante a exteriorização do discurso. O uso público da palavra obedece, assim, a uma hierarquia implícita de valores e critérios que rechaça os excessos emotivos, que podem colocar em risco o comprometimento com a ordem do rito interativo. Como corolário, as intervenções verbais postulam o exercício e a observância de certas normas de civilidade que acentuam o caráter explicitamente monológico da fala: elas são realizadas por vez, alternadamente, sem deixar livre curso a uma discussão que toma a forma de uma troca. Desde o papel ideal complementar de cada um dos membros da audiência participante, até o respeito aos silêncios e ao tempo próprio das regras políticas locais de expressão, são características que ilustram este argumento.

Nas culturas e grupos sociais afeitos à tradição oral a questão da improvisação se coloca como um problema central para a compreensão da arte oratória como uma espécie de capital estratégico (GHASARIAN, 2007). As tarefas relacionadas ao uso da cultura escrita (como a leitura de um texto ou a escritura de documentos, por exemplo) podem suscitar numerosos problemas ao orador, mesmo se este dominar o capital técnico necessário ao desenvolvimento destas práticas. Tais incumbências, de caráter prescritivo, são executadas com a voz hesitante, monótona e sem inspiração – mesmo se o texto foi lido e relido previamente, em particular. A palavra se torna muito mais fluída e entusiástica quando o mesmo orador improvisa seu discurso face aos interlocutores e à audiência, em contextos de oralidade e co-presença – ocasiões que permitem um maior domínio da palavra, com a idéia de um refinamento estético presente em seu uso.

Pensar a arte oratória a partir da faculdade de improvisação implica, seguramente, tratá-la em termos de uma modalidade específica de capital simbólico, isto é, enquanto um conjunto de códigos e bens imateriais produzidos e apreendidos pelo sujeito no decorrer de sua socialização nos espaços de participação da democracia e que promovem o reconhecimento imediato e naturalizado das propriedades intrínsecas ao seu discurso. Em outras palavras, significa aqui que a análise do poder das palavras deve estar conectada aos

usos da linguagem e, por conseguinte, às condições sociais de utilização das palavras e da eficácia ritual deste capital retórico (BOURDIEU, 1998, p. 89):

As condições a serem preenchidas para que um enunciado performativo tenha êxito se reduzem à adequação do locutor (ou melhor, de sua função social) e do discurso que ele pronuncia. (...) Contudo, cumpre ressaltar que o êxito destas operações de magia social que são os *atos de autoridade* (...) está subordinado à confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais.

De modo que o princípio da eficácia simbólica das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística deve ser procurado na “relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo” (p. 89). Ao se reconhecer as condições sociais de produção e de reprodução da distribuição entre as classes do conhecimento e do reconhecimento da língua legítima, as palavras passam a adquirir contornos culturais e políticos mais bem delineados e matizados, porquanto estejamos tratando de noções carregadas de valor e poder simbólico, de signos cuja inteligibilidade está reportada à autoridade da língua legítima (BOURDIEU, 1998, p. 91).

O uso recursivo da arte retórica, na medida em que contribui para a institucionalização das regras do jogo, pressupõe um ajuste simbólico entre as expectativas da audiência e as propriedades subjetivas daquele que pronuncia o discurso. O líder comunitário com vistas à mediação política é, antes de tudo, um indivíduo com habilidades de articulação entre universos ou comunidades de sentido variadas e reconhecido como tal por um grupo social que o autoriza a falar em seu nome. Nesse sentido, além de dominar as regras do jogo – que implica um conhecimento agudo acerca do funcionamento pragmático das esferas de circulação pelas quais transita, dos agentes sociais e das redes de reciprocidade e de alianças políticas instituídas – o exercício da eloquência por parte da liderança requer, igualmente, a incorporação do sentido do jogo. Este último pressupõe uma leitura singular do sujeito na orientação de suas estratégias face aos interlocutores, de modo a fazer chegar até eles a sua hierarquização de valores, critérios, locais, pessoas, espaços, conteúdos morais e éticos, símbolos e signos com os quais manipula e que compõe sua visão de mundo.

Interessa, sobretudo, sustentar aqui que, na interação com os diferentes espaços sociais, o *habitus* pode ser apreendido sob a forma de capitais que, por seu turno, denotam o pertencimento ou a transição por esses locais. A manipulação de uma arte oratória é um desses bens simbólicos que se vai entretecendo e incrustando paulatinamente, por uma série de rituais cotidianos de passagem, na trajetória do líder comunitário. A incorporação do sujeito nesses espaços públicos, incluindo-se aí aqueles da democracia participativa, é acompanhada de um processo de pedagogização, de uma aprendizagem em termos de percepções e categorias subjetivas sobre como traduzir suas intencionalidades, culturalmente fundadas, nos termos léxicos e aparatos simbólicos e lingüísticos que demarcam as fronteiras que instituem o pertencimento ao campo da política e da esfera pública.

Isto implica, seguramente, pensar a corporeidade humana como fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginários, mediando e construindo semanticamente a relação subjetiva do sujeito com o mundo – desde as ações que tecem a trama da vida cotidiana até aquelas que ocorrem na cena pública (LE BRETON, 2006). A *comunicação* implica tanto a palavra quanto os movimentos do corpo e a utilização pelos atores tanto do espaço quanto do tempo. Não se trata de conceber o enraizamento físico da palavra pronunciada, ou seja, a série de signos corporais que as acompanham, como meros anexos triviais e descartáveis da língua, mas de compreendê-lo como um parceiro homogêneo na permanente circulação de sentido, a qual consiste na própria razão de ser do vínculo social. Nenhuma palavra existe independentemente da corporeidade que a envolve e lhe confere substância (LE BRETON, 2009); gestos, mímicas, posturas, deslocamentos, etc., são figuras da ação, e não um simples acompanhamento decorativo da palavra:

Etimologicamente, *gestus* provém da mesma raiz que gerir, significando “fazer” e “carregar”. Quando se diz que alguém “fez um gesto” em favor de um adversário ou de uma causa particular, entende-se que este gesto não se reduz a uma pura gesticulação desprovida de sentido, entende-se que ele desempenha uma função significativa, participando do efeito simbólico que preside qualquer ação: mover o mundo mediante os símbolos. (Ibidem, p. 40).

Compreender a performance implica compreender, por extensão, a maneira como o sujeito, de corpo inteiro, nela participa, toma parte e forma, isto é, tendo em vista o contexto mais amplo de qualquer interação intersubjetiva e os elementos (atitudes e posturas) acionados na presença da alteridade. Depreende-se disso que a performance não pode ser reduzida ao estudo do objeto semiótico: “sempre alguma coisa dela transborda, recusa-se a funcionar como signo (...) e todavia exige interpretação” (ZUMTHOR, 2000). Trata-se, portanto, de um processo global de significação que abrange,

(...) com o texto, múltiplos elementos significantes, auditivos, visuais, táteis, sistematizados ou não no contexto cultural; o que eu denominaria o barulho de fundo existencial (as conotações, condicionadas pelas circunstâncias e o estado do corpo receptor, do texto e dos elementos não textuais); um acompanhamento de formas lúdicas de comportamento, desprovidas de conteúdo predeterminado (p. 88).

Geertz (1991) já havia deixado suficientemente claro como os ritos, as cerimônias e os espetáculos do Estado são o próprio Estado (operando uma inflexão na maneira como eram pensadas as relações entre os mitos e a realidade, entre o imaginário e o real imaginado). Por sua vez, o próprio Mauss (2003) já observara – em “As Técnicas do Corpo” (p. 399-422) – que gestos, postura, movimentos corporais, para além dos estímulos biológicos, são modelos culturais resultantes de um longo processo de aprendizagens, que varia de sociedade para sociedade. Por conseguinte, é preciso colocar em perspectiva toda uma economia simbólica que, de mais a mais, não é a dimensão menos importante do fazer político. Este conjunto de aspectos – que, em última instância, configura a “poética da narração” (CARDOSO, 2007) – instrumentaliza os agentes da participação com as ferramentas estratégicas das quais podem se servir no intuito de propulsionar e agregar valor às palavras, ao discurso lingüístico e às performances verbais.

Não é demais citar, aqui, a pertinência do paradigma da corporeidade (CSORDAS, 2008) como uma ferramenta estenográfica importante para a compreensão dos meandros pelos quais os sentidos discursivos – sentidos cujas intenções são projetadas naquele que se constitui como interlocutor – transcendem as palavras e se concentram numa intervenção corporal: um corpo que jamais pode ser totalmente recuperado, domado, apreensível; cuja socialização apresenta limites, para além dos quais se estende uma zona de individuação propriamente impenetrável (ZUMTHOR, 2000). Ainda que a abordagem discursiva seja extremamente eficaz em seu propósito de desvelar os processos pelos quais a linguagem é pontuada por relações de força, algo sempre foge ao discurso, uma dimensão subjetiva que é da emoção, da intuição, do movimento, enfim, dos elementos pré-objetivos e perceptivos da experiência corpórea que não se reduzem ao discurso.

O discurso que alguém me faz sobre o mundo (qualquer que seja o aspecto do mundo de que ele me fala) constitui para mim um *corpo-a-corpo* com o mundo. (...) O corpo é ao mesmo tempo o ponto de partida, ponto de origem e o referente do discurso. O corpo dá a medida e as dimensões do mundo. (...) É por isso que o texto poético *significa* o mundo. É pelo corpo que o sentido é aí percebido. O mundo tal como existe fora de mim não é em si mesmo intocável, ele é sempre, de maneira primordial, da ordem do sensível: do visível, do audível, do tangível. (...) Ora, não somente o conhecimento se faz pelo corpo mas ele é, em seu princípio, conhecimento do corpo (ZUMTHOR, 2000).

Já parece claro, pois, que as propriedades intrínsecas ao discurso não cumprem a função de proferir uma ordem prescritiva aos interlocutores, numa dada situação comunicativa ilocucionária. O mediador político, via de regra, não dispõe de autoridade alguma, de qualquer poder de coerção (EVANS-PRICHARD, 2007); o chefe não está em relação de transcendência ou exterioridade ontológica e física com sua comunidade, à semelhança do Príncipe, em Maquiavel (FOUCAULT, 1979). O líder comunitário está ao serviço da sociedade que o institui, enquanto corresponder com perspicácia e habilidade às expectativas de seus representados, numa relação de interdependência cujo risco é permanente (CLASTRES, 1979):

A tribo, para quem o chefe não é mais do que um instrumento apto para realizar a sua vontade, facilmente esquece as vitórias passadas do chefe. Para ele nada está adquirido em definitivo, e se ele quer restituir às pessoas a memória tão facilmente perdida do seu prestígio e da sua glória, não é somente exaltando as suas antigas proezas que o conseguirá, mas antes suscitando a ocasião de novos feitos de armas. Um guerreiro não tem escolha: está condenado a desejar a guerra. É exatamente aí que se encontra o consenso que o reconhece como chefe. Se o seu desejo de guerra coincide com o desejo de guerra da sociedade, esta continua a segui-lo (p.203).

Depreende-se desta passagem que a construção do indivíduo como líder comunitário¹¹ – seja em termos de retórica discursiva, de representação social, de mediação e atuação política – é *dinâmica*, não pode cessar, sob pena de romper o fio tênue que o conecta aos interesses de seu grupo e às causas que sua atuação materializa. Com base no sentido do jogo

¹¹ É certo que há também líderes cuja autoridade não se constrói a partir de um respaldo comunitário. No caso do OP, de forma particular, há uma modalidade de agência social que fundamenta sua reputação a partir de outros critérios de participação na política. Os embates que surgem do enfrentamento dessas visões dissidentes em torno do engajamento na política e na democracia participativa, bem como as modalidades de participação a elas relacionadas, serão discutidas no terceiro capítulo desta monografia.

incorporado, ele deve peremptoriamente se projetar um passo à frente de seus interlocutores, suscitando questões mal-resolvidas, aspectos problemáticos, à cata de fendas e hiatos sociais a serem resolvidos. Seu prestígio depende disso: de fazer crer e instituir, entre os representados, um agudo senso de insatisfação com as condições materiais e simbólicas que alicerçam o presente, forjando projetos com vistas ao futuro, amarrando-os estrategicamente com as lutas e disputas que ele travará em espaços específicos, no presente. Uma vez as coisas terminadas, e qualquer que seja o resultado do “combate”, Clastres lembra que o chefe de guerra torna a ser um chefe sem poder, em caso algum o prestígio consecutivo à vitória se transforma em autoridade. O poder da oratória e da eloqüência armada é o único mecanismo e o dispositivo técnico do qual pode se valer na tentativa de persuasão das pessoas; uma empresa que nunca está segura do seu sucesso, uma aposta sempre incerta e que, por isso mesmo, é intrinsecamente dependente das competências do líder em manipular esse arsenal constituído pelo capital retórico – em conjunção com outras modalidades como o social, o político, etc. – na articulação e resolução de conflitos e na construção de um campo de possibilidades culturais entre seus representados.

1.2 – A Questão Metodológica

Por fim, impõe-se a discussão em torno das questões metodológicas que orientam, por um lado, a compreensão e articulação de diferentes experiências reunidas sob o prisma da arte oratória e, por outro lado, as considerações acerca do estatuto e das possibilidades de entendimento do processo participativo em diferentes espaços públicos de Porto Alegre. Como tornar inteligível – ou melhor, como tornar legítima – a compreensão das performances desses agentes em constante circulação? Como proceder à articulação desta polifonia multissituada e fragmentada num corpo bem definido e delimitado de narrativas que permitem conduzir a uma compreensão etnográfica das experiências de participação na esfera pública da cidade, tomando como instrumento de análise o uso retórico e público da palavra nesses espaços?

Tratarei de demonstrar, a partir dos próximos capítulos, que a palavra pública transcende o contexto performático e imanente de co-presença, no interior do qual é proferido, significado e apropriado pelo orador em contato com seus interlocutores. Esses momentos podem ser mais bem caracterizados como espaços de imbricação do líder com sua comunidade – seja nas arenas institucionais do OP, seja em trânsito por instituições estatais ou, principalmente, nos espaços vernáculos de atuação do líder comunitário. De modo que as performances, empreendidas junto ao “parlatório” dos fóruns de democracia participativa (vide capítulo dois) ou então em outros espaços de legitimação e representação social (vide capítulo três), se convertem em dispositivos de acesso privilegiados aos contextos mais amplos de disputas a partir dos quais aquela performance tem fundamento; isto é, como um ponto de vista particular, ainda assim coletivo – como uma posição social dada no campo de

forças e de possibilidades culturais –, que é atravessado pelos processos globais e macrosociológicos em desenvolvimento, num dado recorte temporal e espacial específico¹².

Com efeito, o objetivo desta monografia reside menos numa tentativa de reconstituir uma certa história processual da democracia participativa em Porto Alegre, do que pensar, a partir da fala pública dos líderes comunitários, as concatenações de conceitos mais amplos e análises mais abstratas com um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos (GEERTZ, 1989). Contudo, como aponta o próprio autor, retirar de uma “coleção de miniaturas etnográficas” uma ampla paisagem cultural da nação, da época, do continente ou da civilização não se faz sem alguns problemas metodológicos concretos:

(...) as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas; de onde vem uma interpretação não determina para onde ela poderá ser impelida a ir. Fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas, as piscadelas à epistemologia, ou incursões aos carneiros à revolução, porque eles são levados a isso (p. 16-17).

Portanto, o uso das performances públicas e da arte oratória como ferramentas tanto metodológicas quanto epistemológicas permitem transcender os contextos micro-sociais em que se desenham, se consubstanciando na corporeidade de cada líder comunitário. Conceitos abstratos e genéricos – tais como cidadania, participação popular, representação, demanda, prioridades, investimentos, etc. – somente adquirem inteligibilidade quando reportados aos contextos concretos da experiência subjetiva dos agentes encarnados do processo participativo. Por sua vez, é a partir de suas atuações que essas nuances culturais se vão entretecendo e conformando, paulatinamente, não sem tensões e conflitos, o que alguns estudos políticos um tanto apressadamente chamariam de “cultura política” da cidade de Porto Alegre. A participação sistemática e extensiva de agentes sociais ao longo dos seus vinte anos de existência converteu o OP num dispositivo amplamente reconhecido pela população, fazendo parte do cenário e da arquitetura da cidade; existe como uma instituição mais ou menos sedimentada ou naturalizada, em meio a que os sentidos da participação se confundem com os processos de reprodução e atualização histórica. Nesse sentido, pode-se asseverar que o espaço-tempo do OP existe enquanto uma totalidade *sui generis* de produção e dramatização de sentidos, legitimado que está junto à população e que, em certo sentido, justifica-se por esse prestígio que lhe é atribuído pelos seus próprios frequentadores.

Por fim, considero as contribuições epistemológico-metodológicas de Norbert Elias de fundamental importância para a compressão dos processos e nexos que sustentam esse conjunto heteróclito de experiências, lugares e agentes sociais que estão plasmados no contexto dessa monografia de maneira mais coerente e harmônica do que de fato se apresentam ao observador em campo. Em primeiro lugar, no que toca ao complexo

¹² O texto de Hirokazu Miyazaki (2006) é ilustrativo desse argumento, ao jogar luz sobre os processos de ressignificação e reapropriação locais, através da experiência concreta, que conceitos abstratos e genéricos podem operar na vida de um sujeito particular. O que interessa captar não é o conjunto de experiências de um grupo de indivíduos contado através da história de um caso exemplar, mas pensar como grandes processos globais de significação econômica e política operam no reordenamento subjetivo de categorias de apreensão da realidade.

ordenamento destas múltiplas experiências, farei uso da noção metodológica eliasiana de análise processual e relacional a partir das cadeias de interdependência que são constituídas entre diferentes eventos, sujeitos e espaços de interação (ELIAS, 1994). A idéia fundamental consiste em tomar as movimentações e o uso público da palavra operacionalizada pelos diferentes agentes sociais como porta de acesso às tensões e às redes de configurações mais amplas nas quais se inscrevem suas ações, como no caso de Mozart, quando considerado à luz de seu contexto social (ELIAS, 1995).

É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa (...) formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época (ELIAS, 1995, p.15-19).

Sendo assim, as próprias interações não são tomadas como eventos isolados, porque os indivíduos, sujeitos desse processo, são eles próprios atravessados pelas dinâmicas configuracionais dos processos e constituídos nas relações dinâmicas com o todo (DELZESCAUX, 2001). Em uma palavra, os processos e eventos aqui narrados, ao privilegiarem determinados espaços de interação, pretendem ilustrar como a produção simbólica (estruturas mentais) está atrelada à dinâmica social (estruturas sociais) (ELIAS, 2001; GARRIGOU E LACROIX, 2001).

O FROP CENTRO E A FORMAÇÃO DOS SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO:

Duas modalidades de agência engajada

O presente capítulo tem por escopo uma primeira aproximação teórica com os dados de campo, a fim de redargüir à questão sobre como a participação de diferentes modalidades de agentes sociais nas arenas institucionais do OP concorre para o processo de formação de determinados estilos de expressão estética e, por extensão, para o estabelecimento de pelo menos duas modalidades de agência engajada. Tratarei de demonstrar cada uma delas a partir da análise dos pronunciamentos e das narrativas dramatizadas de indivíduos-chave – conselheiros(as) e delegados(as) atuantes no FROP Centro –, com o objetivo de ilustrar a que caminhos interpretativos a atuação pública através do emprego da arte oratória nos espaços institucionais do OP podem conduzir.

A manipulação da palavra em contextos públicos está intimamente vinculada à experiência subjetiva do engajamento nos dispositivos de participação democrática – constituindo-se num elemento central para a inteligibilidade dos sentidos atribuídos à política local –, ao mesmo tempo em que é pontuada e circunscrita por regras estéticas específicas de manifestação que têm sua origem no próprio “*ethos participativo*” subjacente ao OP e, em nível mais amplo, à participação popular. Não é por outra razão que os rituais de iniciação e de passagem se constroem sobre as habilidades do neófito em dominar, apropriar e usar estrategicamente a palavra oral. Por sua vez, a valorização e a incorporação dessas competências dependem de uma participação engajada e prolongada, através da experimentação e do aprendizado cotidiano a que são submetidos esses conselheiros e delegados. Trata-se de entender, portanto, o processo de participação como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que os agentes sociais estão sendo “moldados”, ou melhor, instrumentalizados com as ferramentas necessárias – que lhes permitirá traduzir suas idéias, opiniões e percepções nos termos do jogo socialmente legítimo de expressão – eles também constroem sua própria agência e subjetividade nos estribos dessa arte oratória *sui generis*, o que dá origem a performances absolutamente singulares e improvisadas, reveladoras de projetos culturais, trajetórias e intencionalidades específicas.

Nessa perspectiva, as intervenções verbais guardam consigo um caráter profundamente individual, reflexivo e monológico: apesar de interagirem constantemente umas com as outras – o que acaba por conformar o jogo mais amplo a que todos os agentes sociais estão inevitavelmente submetidos – as performances revelam o olhar privilegiado e situado do indivíduo sobre a coletividade, num processo de racionalização de suas próprias experiências, subjetividades e habilidades. A valorização e o respeito ao uso público da palavra confere a cada um dos sujeitos intervenientes o sentimento de poder pensar sobre

suas decisões a tomar, durante as assembleias públicas, e de conduzir coletivamente os rumos do grupo de conselheiros e delegados, de sua comunidade, e da cidade, de modo geral.

O respeito às regras de expressão performática e ao uso da palavra contribuem também para o entendimento de um princípio igualitário profundo na maneira como é conduzida a dinâmica das reuniões. A percepção das “regras” do jogo – que incluem a observância do tempo protocolar, a disposição do ambiente, a alternância das falas e o respeito à alteridade –, tão importantes quanto a manipulação verbal das competências individuais, contribuem para a formação do capital político do líder comunitário, incluindo-se aí o prestígio e a reputação diante de seus pares e na espécie de mercado concorrencial que se institui entre eles.

Do ponto de vista protocolar, é preciso considerar que as reuniões do Fórum Regional de Delegados e Conselheiros da Região Centro são realizadas semanalmente na Sala 10 do Mercado Público municipal. Conhecido como “Auditório Popular”, o nome não é fortuito, uma vez que concentra, nessas reuniões, os líderes dos principais movimentos sociais atuantes na Região Centro do OP. Por sua vez, o espaço institucional que permite a expressão oral dos manifestantes durante as reuniões de conselheiros e delegados, assemelha-se a um “parlatório” convencional. Contudo, não há qualquer separação física – como, por exemplo, uma bancada ou um balaústre – entre os que se encontram assentados na plenária e aquele que discorre em frente à mesa coordenadora do fórum. A rigor, há uma leve elevação da parte frontal da sala, de modo que o balcão em que estão situados os conselheiros, bem como a posição de onde o orador se pronuncia, demarca uma pequena distinção em relação ao restante dos presentes.

O principal recurso ou instrumento simbólico de demarcação do caráter oficial e ritualizado das práticas nos espaços do OP – nos FROPs, mas sobretudo no COP – é a utilização do microfone. Ele aparece nos comentários informais e nas jocosidades dos agentes com maior frequência, o que implica uma reapropriação local dos códigos prescritivos que orientam a conformação estética do ambiente. Denota também uma separação que emerge a todo o momento entre os autorizados a se pronunciar publicamente e os outsiders – sejam eles os iniciantes ou os profanos. A utilização do microfone está de acordo, portanto, com toda uma perspectiva oficial e normativa de como deve ser o ordenamento dos espaços simbólicos de discussão – dentre os quais se destacam, a saber, o alinhamento eqüitativo de todas as cadeiras, a ativação do ar condicionado no verão e a limpeza do ambiente. De modo que a sua ausência denota um desprestígio em relação aos participantes dos fóruns – sejam

eles conselheiros ou delegados – bem como dá o tom da importância simbólica atribuída a cada reunião¹³.

É, portanto, no uso desse espaço de racionalização privilegiada – em que as lideranças comunitárias ascendem ao microfone e forjam, nesse ato, a própria democracia participativa, imprimindo novas nuances e desenhos peculiares a esse dispositivo – que os eventos de expressão e performatização da palavra assumem forma concreta. “Aparecer em público” ou “discursar publicamente” pode assumir distintas conotações; os líderes comunitários que acionam este recurso o fazem com vistas a uma infinidade de objetivos, que podem variar desde a mera ostentação de capitais particulares até a articulação estratégica de certas questões para atingir objetivos específicos como, por exemplo, o estreitamento de ligações pessoais e a construção ou alargamento dos espaços destinados à mediação e negociação.

Do ponto de vista do desenho institucional e protocolar de funcionamento do OP, a “Sessão de Informes” – como é designado o momento prévio em relação ao “corpo” da reunião, chamado de “pauta” – ocupa um papel reduzido. Seja nos FROPs, seja no COP, ela é considerada como o momento inicial de cada reunião, em que é facultado a qualquer cidadão presente expressar-se livremente, respeitados os limites temporais, que nos FROPs são de no máximo três minutos, e no COP, de dois minutos. Por outro lado, se do ponto de vista normativo ela tem a previsão menor de restringir-se a comunicativos e informes (excetuando-se os questionamentos ao Governo Municipal), do ponto de vista empírico ela se presta à discussão de diferentes assuntos, que não raramente transcendem, e muito, as circunscrições e as fronteiras simbólicas do OP. Não foram poucos os casos, ao longo de minhas observações de campo, em que a sessão de informes se distendeu por sobre a pauta principal, até atingir o limite temporal da reunião – que inicia às 19 e encerra às 21 horas. Esses casos deixam entrever como o uso público da palavra opera instituindo novos compromissos, espaços, roteiros, itinerários e práticas, através do contato intersubjetivo e da dramatização de valores.

De mais a mais, se é possível pensarmos na Sessão de Informes como um espaço que permite a todos se expressarem de forma relativamente autônoma e igualitária, ela também se constrói como um dispositivo de reflexividade e de racionalização subjetiva, uma vez que conecta, no próprio ato narrativo, o evento, o sujeito e a experiência. Entendido como um espaço em aberto, em permanente construção, esse momento ritual que formalmente antecede as reuniões propriamente ditas – mas que em muitos casos é toda a reunião, do ponto de vista das experiências e sentidos atribuídos pelos participantes efetivos – se destina à experimentação de novas práticas discursivas acerca da relação entre a subjetividade do sujeito orador em contato com diferentes comunidades de sentido, que o atravessam, durante

¹³ As reuniões do COP, por exemplo, contam, invariavelmente, com uso do microfone e de um agente do governo responsável pela sua instalação prévia. No caso dos FROPs, alguns não possuem acesso ao mesmo; em relação à Região Centro, alternam-se períodos de utilização de até dois microfones com períodos de ausência sistemática.

os processos de mediação política e cultural. Nessa perspectiva, trata-se de uma espécie de “anti-estrutura”, em que o ator social, deslocado de seu contexto de ação estrutural, é investido provisoriamente de novos referenciais culturais, sociais e hierárquicos que lhe autorizam a exteriorizar e fazer ponderações, observações, acusações, críticas, sugestões, reflexões, etc., que são corolário desse desdobramento crítico sobre si mesmo.

Nas próximas páginas, desejo demonstrar que o uso público da palavra se assenta nomeadamente sobre dois elementos fundamentais – a observância das regras internas do jogo social e a manipulação destas pelos agentes, o que dá vazão às suas competências individuais, articuladas na performance oral junto ao “parlatório”. Apesar desses aspectos contribuírem para a formação de uma espécie de “comunidade de sentimento” (RORTY, 1988) – ou de *in-group* moral (GHASARIAN, 2007) –, no caso do Fórum da Região Centro pode-se falar em pelo menos duas modalidades distintas de participação popular (através do uso público da palavra), que permitem compreender, de maneira mais ampla, os sentidos atribuídos à participação na política.

2.1 – A perspectiva da oportunidade política: os casos de Chiquinho e Juliano

Dentre os mais notáveis arquétipos de constituição e acúmulo de capital social e prestígio político, nos espaços do OP, o primeiro caso que merece atenção é o de “Chiquinho dos Anjos”, representante de um movimento social que se auto-denomina – não despropositadamente – “Integração dos Anjos”. Seu nome – João Alberto de Lima Souza – consta somente nos documentos e peças oficiais; com efeito, esta é a maneira como poucos o conhecem. Chiquinho é a corporificação e materialização da ONG que preside e dirige, a tal ponto que os interesses em jogo se sobrepõem indissociavelmente, sem que seja possível separá-los nitidamente. Um dos dispositivos metodológicos para acessar de modo privilegiado este “mundo” de representações, interesses e estratégias culturais é por meio da análise dos usos sociais de suas performances ao “parlatório”.

O ponto fundamental do discurso de Chiquinho, além da ostentação de capitais e habilidades específicas, consiste na instituição de novos compromissos morais, que transcendem, e muito, as circunscrições simbólicas e mesmo físicas de sua entidade. De alguma forma, o OP fê-lo aprender que, para constituir-se enquanto líder autorizado e prestigiado, e mesmo para propulsionar suas chances objetivas de alcançar e concretizar demandas e interesses pela estrutura burocrática do OP, ele precisa reconhecer a existência da alteridade no seio deste processo participativo, interagir e dialogar com ela, e prover mecanismos simbólicos eficazes no sentido de aliciá-la ou de convertê-la a seu favor, isto é, como respaldo para seu discurso e suas práticas. Neste processo, certamente a constituição de alianças e reciprocidades cumpre um papel cardinal. Chiquinho se autoriza a instituir o dom e, assim procedendo, compromete seus interlocutores, que compreendem os termos

simbólicos e morais pelos quais ele se expressa, a se posicionar nesse jogo e a justificar as possíveis quebras no círculo de reciprocidades.

Eu queria convidar o pessoal das outras comunidades aqui do OP para se juntar à Integração, que participem das nossas reuniões, que reivindicuem lá também. O que a gente quer é que as pessoas participem! Porque nós não vamo carregar esse pessoal nas costas! Eu to sendo cobrado e to cobrando! Depois vêm os terreninhos, as demandas, mas o pessoal não fez nada por merecer! Esse fórum tá com defasagem de delegados, tem muita gente que tá faltando e ninguém se dá conta disso! (...) Quem não vem no OP, não paga a mensalidade, não vai nas reuniões da Integração, está fora e nós não vamos lutar por esse pessoal. E não pensem vocês que esse dinheiro da mensalidade é pro Chiquinho! O Chiquinho e a família dele não precisam do dinheiro dos outros, esse dinheiro não é pra mim! Minha mãe ganha mais de mil reais, eu trabalho, minha mulher trabalha, minhas filhas trabalham.

O seu discurso é eficaz, entre outras coisas, porque consegue instituir essa ponte hermenêutica com os interlocutores de suas dramatizações; de outra parte, a eficácia simbólica depende diretamente, também, de sua extensa gama de habilidades e dos recursos aprendidos no decorrer do processo de participação. Chiquinho se movimenta com perspicácia e sabe exatamente a quem se dirigir em qualquer situação que o jogo lhe demande. Isto porque possui o senso prático do jogo incorporado, podendo conjeturar e prognosticar as ações de seus adversários ou aliados e, em função delas, deliberar estrategicamente sobre suas próprias movimentações neste “tabuleiro” social. Chiquinho já consegue “amarrar” e prender com laços morais aqueles cujo suporte necessita, antes mesmo de fazê-lo nos interstícios da política de bastidores convencional, o que restringe substancialmente o campo de reações possíveis por parte do interlocutor. Esse procedimento é adotado sobretudo em caso de críticas às autoridades governamentais presentes à mesa que, ante o respaldo popular de todos os espectadores ao líder, nada tem por fazer; sob pena de se verem completamente desmoralizadas, não se podem dar ao luxo de desdenhar as investidas do líder comunitário. Chiquinho se arroga essa e outras prerrogativas – e sua fala está autorizada publicamente para tanto.

A Integração dos Anjos não faz demagogia. A gente faz religiosamente as nossas reuniões de portas abertas para quem quiser participar. Mas nós queremos ver quais são as demandas das outras comunidades, para que a gente possa negociar e chegar a um consenso. (...) A Integração dos Anjos é apartidária, mas nós também queremos trazer os pré-candidatos para a Integração pra gente debater com eles e poder amarrar as propostas deles com as nossas demandas e interesses. Nós queremos deixar as coisas já mais ou menos engatadas e engatilhadas. Mas nós estamos abertos pra negociações e para ver quais são as demandas das outras comunidades.

Por outro lado, essas práticas discursivas têm o objetivo paralelo de também ostentar publicamente a amplitude de sua rede de alianças. Trata-se de franquear aos presentes – sobretudo aos membros recentes, que não vivenciaram o evoluir de toda sua trajetória pessoal –, que sua instituição está bem consolidada, tem progredido, e que muito deste processo cabe à sua iniciativa, salientando suas qualidades como dirigente, líder comunitário idôneo e pai de família responsável. Estas estratégias discursivas são propulsionadas, finalmente, com base na observância das regras de expressão estética do OP e, mais fundamentalmente, no acionamento subjetivo de uma oratória, amparada por frases de efeito

e críticas estratégicas que se referenciam a toda uma cosmologia em que a política convencional como valor é desprezada e malquista. Também ilustram a incorporação e operacionalização de uma economia de gestos simbólicos que se assemelham àqueles do *habitus* parlamentar convencional.

Quero parabenizar o pessoal da Integração dos Anjos que esse mês bateu recorde de pagamento da mensalidade que nós cobramos. Foram 31 pessoas que pagaram no último mês. Com isso nós vamos poder finalmente dizer que estamos livres do governo! Nós já pagamos inclusive o INSS, que era um imposto que nós estávamos devendo faz muito tempo. (...) Nós estamos fazendo o nosso balancete anual, para entrar bem em 2008. Sábado a gente vai estar fazendo a nossa reunião mensal. Domingo a gente vai ter um churrasco e um futebolzinho lá na Integração e dia 23, todo mundo já sabe, tem a festa das crianças. (...) Através do OP nossa qualidade de vida tá mudando, tá melhorando. No momento em que a gente muda de endereço, a vida da gente muda: em 1997 ninguém da Integração dos Anjos tinha carro ou telefone. Hoje quase todas as famílias já possuem um.

Por essas breves citações de suas performances vê-se que seu interesse majoritário – e, por extensão, o público alvo de seus discursos – não é problematizar ou politizar a diversidade de opiniões e significados embutidos na noção de “esfera pública” habermasiana e pretensamente operacionalizados nos espaços do OP, a partir de um olhar “democrático” ou “racional” – como gostariam os teóricos mais ortodoxos. Trata-se, antes, de trazer a “discussão” acerca dos investimentos – e mesmo os próprios agentes sociais participantes – para dentro de sua instituição ou, no limite, proceder ao debate no FROP a partir da perspectiva da “Integração dos Anjos” e de sua rede de alianças. Por todas estas considerações, a agência performática de Chiquinho pode ser mais bem entendida nos termos de um engajamento que visa à *oportunidade política*, considerando a amplitude e diversidade de agentes com os quais dialoga, bem como a defesa intransigente e explícita dos interesses e das expectativas culturais de sua própria comunidade.

Esses conselheiros são des-conselheiros! Só querem se infiltrar no governo para ganhar uma boquinha! Eu não tenho partido, ninguém vai me adesivar, ninguém vai me carimbar! Entra governo e sai governo e as comunidades estão sempre precisando e querem ser respeitadas nos seus direitos! Nós temos que cobrar do governo!

A retórica fundamentada na repulsa às instituições democráticas da política convencional aparece como uma constante em suas narrativas públicas, ao mesmo tempo em que rechaça qualquer modalidade de filiação partidária explícita. Os “adesivados”, como qualifica os interlocutores cuja distinção entre a política comunitária e a política partidária não fazem questão de afirmar, não se diferem, contudo, de Chiquinho, pela articulação nos interstícios da política convencional – que inclui, certamente a filiação partidária. Antes de qualquer coisa, é preciso reconhecer que sustentar ou resistir a uma possível aproximação com as instituições estatais implica num *posicionamento* e numa *estratégia discursiva* particular, dirigida a uma audiência específica, e pouco tem a ver com a articulação de bastidores efetiva por essas esferas. Com efeito, Chiquinho pode reprochar publicamente qualquer vinculação partidária –, mesmo que não descarte tão prontamente o seu apoio em uma empreitada particular, ou então uma *contrapartida* qualquer em algum projeto para a

sua ONG. Isso porque o discurso eloquente tem o objetivo premente e imediato, inerente ao contexto enunciativo de espetacularização da fala, de estabelecer uma ponte comunicativa com o interlocutor, o espectador sentado em meio à plenária, ao passo que as articulações e a formação das estratégias, que passam pelo acionamento inclusive da política convencional, são orquestradas e concebidas nos espaços de bastidor por onde o líder se movimenta.

Ao adotar a perspectiva da oportunidade, Chiquinho consegue se posicionar a partir de uma espécie de hibridismo ideológico que articula, pelo menos, dois universos simbólicos distintos. De um lado, como já foi sustentado, trata-se da recorrência explícita à sua comunidade, que se faz verificar no distanciamento discursivo em relação à política oficial e nas proposições sempre inflamadas através das quais se defende de acusações em que o que está em jogo é a concorrência pelo capital político. De outra parte, Chiquinho se move com perspicácia pelos espaços de produção do “cidadão racional moderno” – a partir do qual a própria idéia protocolar do OP adquire sentido –, jargão que também vincula em seus discursos, ao requerer o tratamento de “cidadão de direitos”. Por conseguinte, ao mesmo tempo em que está com um pé nos interesses de sua comunidade, também tem o domínio sobre as competências técnicas necessárias que o autorizam a circular por esses diferentes espaços da democracia participativa. Não é por outra razão que a idéia de *contrapartida* se torna fundamental na análise discursiva de Chiquinho, já que vem associada com a capacidade de negociação e de criação de um campo de possibilidades, de critérios e de reciprocidades entre o governo e a comunidade. De mais a mais, o agudo conhecimento pragmático das leis e da peça orçamentária a partir do que se constrói a participação popular o coloca em posição diferenciada em relação aos demais conselheiros, que reconhecem seus méritos, sobretudo, ao articular a morosidade da burocracia estatal à urgência simbólica e às necessidades materiais de sua comunidade.

Outro protagonista de destaque, seja em suas habilidades e capitais acumulados, seja na dramatização de papéis sociais, é Juliano Fripp, representante de uma associação de camelôs, a Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP), cuja participação e ascendência enquanto liderança consolidada remonta a um período histórico mais recente, de cerca de cinco a seis anos, e é concomitante à formação de uma aliança com a ONG Integração dos Anjos. Este grupo, designado de “Unidade”, que reúne sob seus auspícios um vasto conjunto de comunidades, foi, durante cerca de dois anos, a facção hegemônica em termos de poder decisivo no FROP Centro. Mas deixemos que Juliano conte, ele mesmo, essa história:

Eu quero dizer que essa Unidade demorou para ser construída! A gente escolheu as pessoas certas, falou com quem precisava. É bom a gente dizer isso porque nem todos aqui conhecem essa história. O pessoal que tá entrando agora provavelmente não conhece isso! Eu lembro que, há muito tempo atrás, a Integração dos Anjos não era conhecida e era mal vista pelas outras comunidades! As pessoas se juntavam para falar mal e para dizer que eles queriam todos os recursos pra si e não pensavam nos outros! Mas aí a gente formou essa nossa unidade! E viu que não era bem assim! Nós fizemos parceria com o Chiquinho e hoje a gente pode dizer, Chiquinho, que nós chegamos a um consenso equilibrado sobre as demandas. A nossa unidade foi

crescendo, foi crescendo e dando frutos! E a gente viu que as pessoas não pensavam só em si! Nós construímos apoio aqui dentro! Os camelôs eram tratados como bandidos antigamente! Agora não! A gente ta participando aqui e mostrou pra muita gente que não é bem assim, que nós também temos a nossa dignidade!

Como se observa, a performance de Juliano consiste, fundamentalmente, em ampliar, reforçar e reanimar, a todo o momento, esta aliança de reciprocidades que, em última instância, é responsável pela formação de seu capital social e político, estipulando os itinerários de sua trajetória como liderança comunitária. Um aspecto fundamental dessa rede de lealdades é o fato de que ela se estende também no sentido dos representantes estatais do processo de participação, uma vez que prevalece a idéia de que aliar-se ao governo no processo de constituição desses pactos políticos poderá reverter em maior efetivação das demandas. Eis, pois, um ponto de discordância em relação ao discurso de Chiquinho, em que o governo aparece, quase que invariavelmente, como uma instituição potencialmente perigosa, que deve ser permanentemente “cobrada” e interpelada em termos de *contrapartidas* pelos movimentos populares, em luta constante contra a tutela partidária e governamental.

O que diferencia Juliano dos demais líderes é sua capacidade de performatizar emocionalmente os discursos, invocando diferentes estratégias estéticas e frases de efeito. Além de acionar constantemente suas adesões e pertencimentos à “Unidade”, o líder faz uso de seu poder de convencimento oral, mobilizando e manipulando diferentes modalidades de capital simbólico no intuito de pressionar seus interlocutores às negociações que lhe competem e convêm.

Inclusive eu vou fazer uma saudação do pessoal da ASFERAP que hoje veio comparecer em peso aqui. Eu vou pedir que todas as pessoas da ASFERAP fiquem de pé pra mostrar *quem* está comprometido com o OP! (...) A Região Centro foi reconhecida como uma nova forma de fazer política. Agora essa árvore cresceu e tá dando frutos. Tá beneficiando muitas pessoas aqui no Centro. Aqui no FROP não existe panelinhas. Todo mundo fica sabendo das coisas, e todos participam. Isso se mostra nos churrascos – a amizade, o conhecimento, as relações que a gente vai construindo por causa do OP. As pessoas precisam ver a transparência e a legitimidade desse processo, uma nova forma de governar, de gerenciar o OP! (...) Não fazemos proselitismo! Não defendemos a bandeira de nenhuma ideologia! A força da Região Centro não são os nossos problemas! A força da Região Centro é a nossa união, o nosso caráter de grupo que só a gente tem!

Há, aqui, ao que parece, também, uma preocupação mais franqueada na produção social de capital político, através do uso discursivo intenso de jargões conceituais como “transparência”, “democracia”, “justiça” e “honestidade”, acompanhadas de gesticulações efusivas, de dedos em riste e de expressões faciais que, em conjunto, intensificam o conteúdo de suas palavras. O exemplo abaixo, extraído *ipsis litteris* de um de meus diários de campo, deixa entrever que essas referências não são fortuitas, uma vez que um dos projetos culturais de Juliano traduziu-se na candidatura a vereador de Porto Alegre, em 2008. Não desejo, aqui, estender essa discussão, que será pormenorizada no terceiro capítulo desta monografia; tratarei, apenas, de sugerir algumas hipóteses para análise dessas estratégias discursivas.

Juliano indaga ao microfone se não há mais ninguém inscrito para a Seção de Informes. Na ausência de qualquer manifestação, toma o microfone e, com determinação, caminha na direção do espaço instituído como parlatório. Seu semblante estava mais abatido que de costume; o suor que lhe escorria pela face denotava a gravidade e seriedade do conteúdo das palavras que estavam por ser proferidas. As divagações iniciais dão o tom do que estaria por vir, além de indicarem o alto grau de racionalização prévia sobre a construção discursiva.

- Juliano, presidente da Associação Feira Rua da Praia e Conselheiro Titular da Região Centro. Todo mundo sabe que quando a gente começa a atuar aqui dentro do OP, mais pro meio, a gente se torna conhecido, e as pessoas que participam aqui começam a se tornar públicas. E, como pessoas públicas, a gente pode falar muitas coisas, e não pode falar outras tantas. A gente comete erros, e eu cometi um erro grave essa semana...

Na seqüência, faz uma pequena pausa, pigarreia, toma fôlego diante da “gravidade” de suas colocações. A plenária fazia um silêncio poucas vezes visto e, na idéia desse silêncio, configurava um corpo homogêneo, uma espécie de comunidade de pertencimento, fato este que raramente ocorre, tendo em vista a heterogeneidade cultural constitutiva do OP. Juliano dá continuidade ao discurso.

- Eu estou hoje pedindo licença do cargo de conselheiro titular por 90 dias – e quem sabe muito mais, se Deus quiser, e eu acho que ele quer – porque eu estou me candidatando a vereador de Porto Alegre. Na segunda-feira, eu recebi a notícia de que eu receberia o apoio de uma pessoa importante e, ontem, no COP, eu disse com felicidade e bem faceiro que eu ia receber esse apoio. Mas o dito-cujo ficou brabo, ele se indignou porque ele disse que jamais tinha dito isso! Então eu fiquei de mentiroso na história! Depois ele veio falar comigo, disse que tinha prometido apoio ‘moral’ e que eu tinha entendido errado. Mas pra mim ele não teve a capacidade de manter a palavra, e retirou o apoio que ele tinha anunciado!

Por fim, diante da estupefação da plenária, Juliano profere palavras em nítido tom de despedida, recapitulando em linhas gerais seu processo de socialização nos espaços do OP. *Aqui eu aprendi muita coisa! Eu aprendi que a maior conquista nossa é essa fortaleza que é a Unidade, essa amizade recíproca (...). Eu saio, me licencio, to triste, mas meu coração fica aqui!*

Em seu pronunciamento, o conselheiro referencia-se às habilidades aprendidas, entre as quais estão a capacidade de negociação, as redes de capital social formadas, os trabalhos de mediação bem-sucedidos e reconhecidos na forma de acumulação de capitais e de reputação pela plenária.

De um lado, é possível observar que, como projetor de estratégias em meio a um jogo cujo sentido possui incorporado, ele consegue articular e ajustar as duas dimensões constitutivas da experiência temporal, isto é, as experiências subjetivas com as oportunidades ou chances objetivas decorrentes de sua posição social (BOURDIEU, 2001). De outra parte, aventar a possibilidade de candidatura à política oficial requer, ao menos, alguma confiança nessa instituição democrática, o que impõe certos constrangimentos e tensões no momento em que essas escolhas são inseridas num discurso e tornadas públicas no “parlatório”. Cabe ao líder comunitário avaliar bem as palavras e as feições que irá imprimir ao rosto e à própria corporeidade, na busca por tornar a sua escolha menos atritiva e mais legítima aos olhos de seus interlocutores. Juliano vive, de alguma forma, a ambivalência de quem apóia solidamente a política comunitária, mas que, concomitantemente, acredita nas instituições democráticas convencionais, a ponto de se “adesivar” e candidatar a um cargo público. Nesse sentido, as negociações entre comunidade e poder público se lhe apresentam mais difusas que no caso de Chiquinho, alternando momentos de rompimento e diálogo com o governo.

2.2 – A perspectiva da cidadania: os casos de Jakubaszko e Felisberto

Gostaria de aduzir, na seqüência, duas outras modalidades de performance que diferem das primeiras em termos dos usos e manipulações da palavra oral. Trata-se, igualmente, de casos paradigmáticos que ilustram e acentuam, no interior de um quadro mais amplo de caracterização das distintas modalidades de agência social observáveis no FROP Centro, a clivagem entre os defensores de uma visão em que o OP assume o estatuto de inovação democrática que faculta a implantação de uma estética altamente codificada e

supostamente mais adequada à instrumentalização da política; e aqueles para quem o OP aparece como apenas mais um dispositivo – privilegiado, é verdade – de manipulação e veiculação de intencionalidades e projetos culturais das comunidades locais.

Os críticos da “Unidade” apontam, de um lado, para a unilateralidade das proposições que os líderes comunitários vinculados à perspectiva da oportunidade defendem. Isso conduziria, por extensão, a uma hegemonização dos critérios culturais de engajamento a partir dos quais o FROP se fundamenta e é construído, na medida em tal grupo concentra, igualmente, o maior número de participantes em função da extensa rede de sociabilidades, um dos critérios tidos como prestigiosos para a participação nesta facção. Por outro lado, o acionamento recursivo de estratégias que valorizam essa hegemonia – tais como a predileção pela votação ao invés da discussão, o enfrentamento tenso em detrimento do respeito à multivocalidade inerente aos espaços de participação –, são argumentos que, aos olhos dos críticos, denotariam pouca preocupação com o *processo de participação democrática* – que aparece como necessariamente prolongado, dispendioso, pontuado pelo sofrimento, pela mobilização e pelo aprendizado e incorporação de uma lógica outra de conceber a realidade e, em particular, a política: a ótica do cidadão racional moderno.

O primeiro personagem é Jakubaszko, sendo a própria redação (e pronúncia!) do nome – inclusive aos olhos dos “nativos” e participantes do processo –, ainda, uma incógnita. Ele é um destes agentes da democracia participativa que se arroga a prerrogativa de difundir publicamente sua visão de mundo do que lhe parece ser o OP. Convicto de que o OP é mais do que um dispositivo por intermédio do qual se conquistam bens materiais (como moradia e creches) ou direitos elementares (como acesso a educação, saúde e assistência social), Jakubazko pensa a participação como um processo de pedagogização – algo como a cidadanização –, o que incluiria a tomada de consciência a respeito do papel responsável, consciente e político de cada cidadão, numa democracia em vias de se tornar igualitária. Nessa perspectiva mais ortodoxa do OP, enfatiza-se, sobretudo, a qualidade da participação, em detrimento da quantidade de indivíduos que dela tomam parte; logo, o processo seria tão ou mais importante do que as conquistas em si, na medida em que é através dele que se pode ter acesso ao arcabouço de valores, critérios e projetos universalizantes da cidadania participativa, rompendo com o circuito tradicional que caracterizaria o clientelismo.

A performance abaixo é ilustrativa de como Jakubazko articula, do ponto de vista discursivo, a todo o momento, discussões a respeito de investimentos, de critérios técnicos, hierárquicos, protocolares e burocráticos de operacionalização do OP. Nota-se claramente que as suas narrativas são entrecortadas por diferentes tentativas de disciplinamento da plenária a partir dos seus próprios termos de legitimação e inteligibilidade do processo. A fisionomia austera, pontuada pelo rigor severo e repetitivo de sua indumentária, corroboram a posição social de onde Jakubazko enuncia e conjuga suas palavras. O excerto é extraído de

um de meus diários de campos recentes e foi proferido em uma das reuniões da Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo.

Nós temos uma dificuldade ainda dentro do OP, não é o caso específico, mas isso tem que valer para todos nós! O OP é or-ça-men-tá-rio! Às vezes nós temos, mas às vezes não temos dinheiro! E nós temos que lutar para ter mais dinheiro! A função do OP é orçamentária, gente! E pra concluir eu gostaria de comentar, sem entrar no mérito da questão, as prioridades da Temática. Ficou o Quiosque do Camelódromo com 58%, placas indicativas pro Camelódromo 41%, ampliação e urbanização do Centro de Eventos Vila Nova com 41%, e qualificação de guias e multiplicadores da história, com 25%. É modesta, no meu indicativo, mas eu acho que isso deveria ser assim, oh: [inverte a folha de cabeça para baixo] nesse sentido! Porque a função dessa temática, ou de qualquer temática do OP é produzir diretrizes políticas pra cidade num todo! [pausa para que todos possam refletir sobre a gravidade de suas palavras] Às vezes vai contra a gente, mas nós temos que lutar pela cidade num todo! Se a gente for lutar só por um bairro, cada eleição que tiver no OP uma comunidade vai botar mais gente, no ano que vem eles vão ganhar e a cidade acaba perdendo!

A começar pelo contexto de enunciação, como conselheiro da Temática de Educação, Esporte e Lazer e delegado da Região Centro, Jakubaszko discursava na condição de visitante, porquanto as reuniões sejam abertas à população e consideradas públicas. Apesar do jogo social instituído – que difere substancialmente tendo em vista as particularidades de cada região ou temática do OP –, ele não se intimida em fazer uso da palavra e, concomitantemente, esboçar sugestões e críticas à maneira como foi conduzido o processo interno e foram debatidos e votados os critérios daquela comunidade. Ao contrário, discorreu com a plena certeza de suas afirmações, e com a convicção de que aquelas palavras poderiam contribuir para um novo rearranjo dos meandros culturais que, em última instância, serviram de aporte para a seleção das demandas específicas.

Opa, esse microfone tá com problemas, ta caindo, acho que precisa de um viagra [risos]. Quero dizer que, quanto aos delegados que foram jubilados, isto está no nosso regimento, e tem que ser cumprido. As regiões acabam prejudicadas se não forem cumpridas as regras por nós estabelecidas. (...) Uma outra coisa que quero tratar é o aniversário de 200 anos do Parque Redenção, aniversário este que passou despercebido em Porto Alegre! Alguém tem que ser responsabilizado! Porque um patrimônio histórico da cidade completar duzentos anos, é como se uma menina fizesse 15 anos, ou um rapaz 18 anos, ou então um casal 50 anos de casado...

Pelo que foi exposto de sua performance até aqui, dois aspectos fundamentais, componentes de sua discursividade, ficam evidentes. Em primeiro lugar, Jacó – como algumas pessoas o chamam –, mesmo nos momentos políticos mais tensos do processo, aparece sereno, gracioso e imponente. Sua indumentária e, de modo geral, a própria *hexis* corporal – corporificação da incorporação e manipulação de todo um *habitus* ou *ethos* político-parlamentar de se dirigir e comportar –, atestam essa tendência. Com a costureira pilha de pastas, folhas e livros sob o braço, presentes cada vez que se dirige ao “parlatório” para fazer uso da palavra, aliada à regularidade de sua vestimenta – trajando usualmente seu blazer desbotado, a camisa e calça sociais que lhe conferem certa identidade –, Jacó se movimenta e transita intensamente entre todos os membros e participantes do FROP, aparentemente não (re)conhecendo fronteiras culturais ou políticas. Sua postura estética e performática é a do cidadão universal para quem as clivagens e disputas localizadas em torno

de pertencimentos e alianças políticas pouco importam, sendo, no limite, indícios problemáticos de imaturidade. Acusado por alguns e admirado por outros pela sua prolixidade rebuscada e eminentemente retórica – acentuada pelo recurso a digressões históricas intrincadas, exemplos ilustrativos axiomáticos que, em muitos casos, pouco significam no contexto particular do FROP da Região Centro – Jacó deixa claro que seu interesse proeminente não está na agregação e formação de novos espaços de negociação política ou recrudescimento de capital social; tampouco a especificidade de suas performances reside na conversão de capital social em capital político.

A performance de Jakubaszko, deste ponto de vista, tem um sentido estrito e muito pouco pragmático. Consiste em dramatizar os seus conhecimentos e habilidades que, por sua vez, dizem respeito a uma dimensão muito mais estética e ostensiva (em que esses valores existem quase que *per se*, isto é, na crença de que estão à parte do mundo social) que propriamente apreendidos em função da necessidade, da premência ou da urgência que, de outra sorte, é característica das comunidades demandantes. O capital simbólico de que dispõe não decorre de uma apropriação *a posteriori* em relação à entrada no campo político, como acontece com Chiquinho e Juliano, por exemplo. Ao contrário, os artifícios de legitimação discursiva empregados desvelam que há uma busca constante em sublinhar o caráter primário desta socialização política, e, nesse sentido, de que a política como um valor lhe é tão cara por estar conectada a uma dada perspectiva ontológica que transcenderia o caráter contingente e imediatista da participação diretamente pragmática dos líderes comunitários.

Isso é unidade: é nós lutarmos pelas prioridades de Porto Alegre e do cidadão porto-alegrense. Das 80 e poucas demandas apresentadas e encabeçadas por esta região, somente 15 passaram pela votação dos nossos vereadores! Isso é uma grande falta de respeito com o nosso OP, e com a dignidade de cidadãos de cada um de nós! (...) O mais importante para nós é o Plano Diretor! Essa é a ‘grande lei’! Porque sem ela, é como se a gente fizesse as prioridades e elas fossem desconsideradas mais tarde na hora de transpor do livrinho para o livrão!

Não raro, contudo, os conflitos deflagrados entre as duas modalidades de conceber o processo de participação política nas esferas institucionalizadas do OP dá margem à discussão – a partir do que são problematizados os próprios sentidos da adesão ao processo e, por extensão, os lugares de enunciação discursiva e as intersecções entre agência de projetos e agência de poder (ORTNER, 2006). A existência de respaldo comunitário é um capital social com o qual os próprios conselheiros podem jogar estrategicamente, já que sabem ser de alto valor no interior do OP. De modo que se institui um processo de diferenciação entre o líder que demanda com o apoio de um grupo social que o institui e a partir do qual a própria figura do conselheiro adquire sentido; e aquele demandante pontual, pautado e orientado por ideais impessoalizados, partindo de um projeto civilizatório de homem universal – que faz emergir a figura do cidadão que merece “condições mínimas de

subsistência”, mas cuja obtenção depende de um processo de articulação prolongada na democracia participativa. É à luz desta diferenciação que a trajetória de Jacó adquire sentido:

Jacó se dirige à plenária: *Hoje inicia uma dos momentos mais ricos do ciclo do OP. É hora de discutir, votar, priorizar e alocar as demandas das comunidades! E pra isso acontecer, a gente tem que socializar, debater, discutir, e dar o nosso precioso voto pras comunidades mais fragilizadas, pra quem não tem chance. É o momento de a gente exercitar a democracia, a cidadania e a solidariedade!*

Mais tarde, Chiquinho também deixou suas colocações junto ao parlatório, se dirigindo a Jakubazko, a fim de comentar sua última declaração atinente à “nova fase” supostamente inaugurada hoje no OP: *Eu quero dizer pro meu Jacó que as demandas já foram selecionadas e nós estávamos abertos pra negociação, agora é tarde!* E encerra seu discurso. Enquanto se retirava pelo corredor principal em direção ao seu assento, balbuciou ainda algumas palavras, entre as mais perceptíveis: *“Quem precisa corre atrás...”*.

Felisberto Luiz é outro personagem cujo discurso aciona reiteradamente o arcabouço da participação cidadã – racional, impessoal e universal – nas performances ao “parlatório”. Tido por alguns como um distinto advogado – provavelmente mais em função do prestígio do cargo que propriamente pela sua atuação concreta –, participa do processo do OP desde praticamente a sua instituição em Porto Alegre, no final da década de 1980. Conquanto manipule diretamente com a noção de “cidadão de direitos”, cujas “demandas” devem ser elaboradas, discutidas e outorgadas consoante os códigos protocolares e burocráticos de funcionamento do processo participativo, um outro elemento importante, componente de sua atuação pública, aparece nas entrelinhas de suas palavras. Felisberto é vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que aproxima seu discurso, em parte, à retórica da oportunidade, uma vez que uma de suas bandeiras ideológicas incluiria a tomada de consciência do lugar ocupado pelos excluídos e as razões dessa exclusão. Além disso, a atuação duradoura nas instâncias do OP promoveria a identificação entre os vários tipos de agentes excluídos, condição fundamental para a constituição de uma comunidade, tanto sentimental quanto política, mobilizada contra as várias faces da dominação.

Está, portanto, em maior relação de proximidade com as comunidades – comparativamente a Jakubaszko – conquanto não seja representante de nenhum grupo social e não se (com)porte à maneira do líder comunitário. Suas filiações limitam-se à política convencional e à ONG “Despertar Coletivo”, cujo nome é sugestivo para a compreensão dos sentidos atribuídos ao processo de participação democrática. De outra parte, a formação em Direito torna-se um capital simbólico relevante, na medida em que agrega valor aos pronunciamentos públicos, sempre dirigidos contra a política governamental. À diferença de Chiquinho, contudo, Felisberto está preocupado com as implicações em termos do processo de cidadanização dos participantes do OP, articulando dados e avaliações técnicas sobre a condução da política governamental e as conseqüências destas para a vida cotidiana dos “cidadãos”. Transcrevo abaixo um pequeno trecho de meus diários de campo de 2007.

Felisberto apressa-se a fazer uso da palavra no microfone. *Não adianta vir dizer aqui que tem 570mil pra pavimentar uma rua, que isso não pavimenta nem 50m. Veja bem, eu não estou dizendo que isso é pouco dinheiro, só que tem muito mais dinheiro escondido no governo que não foi liberado pro OP. Eu estou propondo uma discussão um pouco mais aprofundada, para percebermos que o Orçamento deste ano está sendo manipulado! E nós caímos como uns patinhos. Somos discriminados porque metemos os dedos nas feridas dos*

políticos! Eles querem [o governo] aplicar em obras que valorizam o seu nome. E eu quero nesse FROP conselheiros e delegados combativos. Que tenhamos transparência na discussão do Regimento Interno!

Juliano parece não haver gostado da última assertiva de Felisberto, ao que toma imediatamente o microfone e retruca: *“Eu acredito sim que o COP trabalhe transparentemente, porque eu conheço, e sei, como participante da coordenação do COP, que lá as coisas são feitas com honestidade!”*. Chiquinho tenta reapresentar o mesmo argumento acerca da distribuição orçamentária governamental: *“O governo nos deu um golpe. Foi uma jogada política. Nós continuamos a dizer NÃO pra esse governo que não repassa dinheiro suficiente pro OP. Eu acho e quero deixar bem claro que existem pessoas que tem ciúme, que nos perseguem. Quando tu começa a fazer projetos, começa a dar certo, isso começa a incomodar o governo. Eles ainda não acordaram pra nós e essas situações que a gente ta passando. E emenda: Nossa região é mais unida que grupos de igreja, mas precisa amadurecer politicamente. Porque o OP é o movimento social mais completo que existe. Nosso movimento é suprapartidário, supra-movimento, supra todas essas coisas proselitistas. É um movimento do povo que precisa!* Os aplausos se seguiram com estrondos e estampidos.

Em outra situação, Juliano e Felisberto se enfrentam e deixam entrever a profunda tensão entre as duas modalidades de engajamento aqui discutidas, presentes, de alguma forma, também no conflito de Jakubazko e Chiquinho, citado algumas linhas acima.

Felisberto inicia seu discurso. *“(…) Hoje é um dia muito triste para mim e para um camelô, o José Valdecir, que teve todas as suas mercadorias confiscadas e apreendidas pela SMIC. Ele não só foi roubado, com também a polícia, não satisfeita, espancou e bateu até não dar mais! Nós já encaminhamos a denúncia junto ao Ministério Público, registramos a ocorrência junto à delegacia. O que me deixa muito triste é a falta de respeito à dignidade das pessoas! Aquele coronel da SMIC foi muito mal educado! Pra mim coronel e merda são a mesma coisa, ainda mais esse autoritário que ta na SMIC! Mas eu acho que as pessoas que ocupam cargos públicos deveriam respeitar as pessoas! (…) Abram o olho com o camelódromo! Nada contra o camelódromo, pessoal, nada contra! Mas essa história de estacionamento no terceiro piso não estava no projeto inicial! E outra coisa: o que vai acontecer com esses camelôs que não tiverem como pagar a taxa de aluguel das salas do camelódromo? Porque o contrato de locação diz perfeitamente que se não pagou, rua! Isso ta no Código Civil, pessoal! Então o que quero saber é onde vai ficar a dignidade dessas pessoas que não tiverem como pagar nada!”*

Juliano toma o microfone: *Eu quero discordar do delegado Felisberto quanto ao coronel da SMIC! Porque tudo o que nós da ASFERAP conseguimos e conquistamos foi graças às negociações com a secretaria! Ele sempre se mostrou uma pessoa aberta pro diálogo! Notadamente, esse discurso é dirigido a Felisberto, que permanece impassível, com seu jornal escancarado, encobrindo sua face, denotando pouco caso com o esforço argumentativo de Juliano. Este último prossegue com as provocações: *Eu acho, inclusive, que o Felisberto, como conhecedor profundo das leis, deveria auxiliar e trabalhar na nossa idéia, propondo alternativas e novos caminhos. Ele acena negativamente com a cabeça. Ele ta fazendo não com a cabeça, mas eu já sabia que a gente não poderia esperar nada disso vindo dele mesmo. De qualquer maneira o convite está feito! (…) Eu fiquei sabendo que teve pessoas reclamando na semana passada da ausência dos conselheiros! Essas pessoas deviam saber que a gente também tem outros compromissos, que a gente participa de outras reuniões, e que é em muitos poucos casos que a gente tem que faltar, né Jakubaszko?* O referido se ergue de onde estava assentado e solicita direito de resposta: *Em nenhum momento nós estávamos fazendo mais que a nossa obrigação de delegados, que é cobrar a presença dos conselheiros no FROP. Eu meramente sugeri que na ausência destes, a reunião começasse, porque já eram 7 e 30 da noite!**

* * *

Chiquinho e Juliano permaneceram, por alguns anos, como as duas lideranças de maior destaque, seja pela sua representatividade enquanto modelos idiossincrásicos e paradigmáticos do processo de acumulação de capitais e habilidades diversas, seja porque suas atuações revelam um ajuste entre as agências subjetivas de projetos culturais e a conquista objetiva das demandas. Não se pode descuidar o fato de que tanto Chiquinho quanto Juliano não somente hegemonomizam as falas, as perspectivas de discussão e os próprios termos e regras a partir dos quais se desenvolvem os debates no FROP, como também monopolizam a efetivação do que é demandado por suas comunidades.

Não obstante, os conflitos políticos emergentes a partir do período eleitoral de 2008 viriam a se recrudescer a tal ponto que, ao longo do processo participativo de 2009,

acabariam por implodir decisivamente a “Unidade” como a rede social hegemônica da Região. As escolhas e vinculações político-partidárias, sempre estratégicas, de Juliano e Chiquinho, foram decisivas para a consubstanciação dessa ruptura, na medida em que foi a partir das dissidências em torno das eleições municipais que os hiatos e as fendas entre os grupos e líderes componentes da “unidade” passaram a ser deflagrados. Pela primeira vez, nos últimos anos – isto é, desde a ascendência de Juliano à titularidade do conselho e a formação deste bloco hegemônico de comunidades –, a discussão das demandas e a votação das prioridades da região foi realizada em dois espaços distintos – ambos externos ao local oficialmente instituído para a realização dessas reuniões. Não por acaso, trata-se dos refúgios de cada uma das lideranças: Juliano concentrou seus aliados na sala de conferências do Camelódromo, enquanto Chiquinho reunia, paralelamente, seus apoiadores nas dependências da Integração dos Anjos.

De fato, o ano eleitoral provocou grandes mudanças e reviravoltas na correlação de forças políticas do FROP Centro. Felisberto, por exemplo, em um dos momentos mais acalorados do debate, chegou a se filiar nominalmente à “Unidade”, diante do desprestígio que lhe causou a ausência no debate da candidata à prefeitura pelo PT. No dia 22 de outubro de 2008, seguido de outros conselheiros presentes – também militantes do mesmo partido – anunciou formal e solenemente sua decisão:

- Nós temos que construir uma unidade mais inclusiva! E eu quero que fique registrado isso em ata, que a partir de hoje eu estou me incluindo na formação dessa Unidade da Região Centro, pra que os partidos políticos deixem de desrespeitar a população! Eu quero ficar do lado das comunidades, para que as demandas do povo sejam respeitadas!

O caso de Felisberto, para além de ilustrar uma pretensa mudança nos rumos de condução da política de facções inerente ao OP, deve ser entendido como fruto de uma racionalização e narrativização estratégica dos eventos que antecederam sua performance. No “calor do momento”, embebido por emoções as mais diversas, Felisberto procedeu a uma entextualização de suas emoções – que envolviam a frustração e o desprestígio da política partidária com os seus militantes, de um lado, e os líderes comunitários, conselheiros e delegados do OP, de outro. Fato é que, após o funesto e desastroso episódio em que enunciou publicamente sua filiação, jamais reapareceu em nenhuma das esferas de participação do OP.

Por sua vez, isso coloca em evidência dois aspectos importantes no que concerne à análise das práticas oratórias desses sujeitos nas arenas de participação do OP. Em primeiro lugar, as relações com a política oficial e de bastidores se afiguram como estratégias recorrentes entre as lideranças comunitárias que tomam parte nas instâncias diretivas do OP (sobretudo entre os conselheiros). Com efeito, as distinções entre “adesivados” e comunitários, presentes insistentemente nos discursos de Chiquinho, por exemplo, devem ser entendidas no espectro de seus contextos de enunciação, onde aparecem como artifícios retóricos que visam à valorização das competências particulares do líder comunitário em defesa dos critérios culturais de sua comunidade (para quem a crítica ferrenha a qualquer governo sempre pode render aplausos efusivos). Trata-se, enfim, de táticas ou categorias discursivas que nos remetem às construções simbólicas e imagéticas desses agentes sobre o que é atuar em público. Quando observadas de um ponto de vista pragmático, essas asserções soam controversas, já que, “adesivados” ou não, tanto Chiquinho quanto Juliano transitam difusamente entre a democracia participativa e a política convencional e seus bastidores, negociando sua aproximação e o apoio de suas comunidades, sobretudo em tempos de

eleição. Ao fim e ao cabo, pois, esta fronteira não pode ser entendida como estanque e bem delimitada.

Em segundo lugar, essas parcerias e alianças, apesar de calculadas estrategicamente, são sempre sutis e parciais. As modalidades de engajamento analisadas pela perspectiva da oportunidade deixam entrever que tanto Chiquinho quanto Juliano são capciosos e perspicazes no sentido de negociar e incorporar todas os dispositivos e mecanismos possíveis para propulsionar suas demandas. Por isso mesmo, trabalham no limbo e nunca imprimem uma adesão total, ela é sempre parcial e suscetível aos novos arranjos de forças, portanto são transitórias, especialmente no caso de Chiquinho.

Com a hegemonização da “Unidade”, há cada vez menos espaço para modalidades de engajamento em que os líderes comunitários pautam sua atuação e agência social a partir da idéia de um endividamento moral ou simbólico. Pensar a demanda recebida como uma espécie de “dom” maussiano – supondo igualmente uma retribuição – implicaria, nesse sentido, uma adesão quase normativa e unilateral da comunidade e de seus líderes em relação ao governo, de onde sobrevieram a conquista de suas demandas e, por extensão, o compromisso de retribuir à “dádiva”. O jargão do “cidadão de direitos”, que está presente e permeia a atuação de conselheiros como Chiquinho e Juliano, de um lado, e Felisberto e Jakubaszko, de outro, situa o endividamento moral como uma espécie de clientelismo em extinção – longe, contudo, de se constituir numa prática ilícita ou pouco praticada nos bastidores da atuação dessas mesmas lideranças.

A circulação de pessoas e a constituição de redes de reciprocidade entre os agentes da democracia participativa e a política convencional é um elemento importante para o entendimento dos sentidos atribuídos à política por esses conselheiros e, por extensão, das relações das comunidades populares com o Estado. Do ponto de vista discursivo, contudo, assumir uma espécie de relação de dívida com o partido ou com o governo que concedeu a demanda é tido como cada vez menos prestigioso ou legítimo, entre outras coisas porque é uma noção carregada de problemas, por não enxergar no Estado um interlocutor, mas uma instituição onipotente e que está para além dos indivíduos, fora do mundo social. Cada vez mais, o Estado aparece, ou precisa aparecer, aos olhos dos que se pautam pela oportunidade e também pela cidadania, como uma instituição composta por homens de carne e osso, com os quais se negociam categorias simbólicas e culturais de construção da realidade, numa relação cada vez mais horizontal e simétrica.

ENTRE A RUA E A “GAIOLA”: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político

O objetivo deste último capítulo é discutir, por meio de três casos etnográficos, os usos estratégicos da palavra publicamente dramatizada e ritualizada. Proponho-me, pois, a considerar, sob este prisma, os itinerários percorridos por um dos líderes comunitários de destaque da Região Centro do OP de Porto Alegre, demonstrando como suas transações e articulações em contextos multifacetados de disputa e negociações operam na constituição de sua autoridade política e representativa.

Trata-se de *Juliano Fripp*, presidente da Associação de Camelôs *Feira Rua da Praia* (ASFERAP), conselheiro da Região Centro do Orçamento Participativo, e representante eleito dos camelôs no Comitê Gestor do *Centro Popular de Compras* (CPC) de Porto Alegre. Como liderança comunitária engajada no processo de elaboração, desenvolvimento e apropriação de uma demanda específica da Região Centro do OP-POA – o CPC ou, como prefere chamar, simplesmente, o *Camelódromo* – Juliano intersecta em suas movimentações e estratégias discursivas uma diversidade de agentes e instituições sociais. Os embates e as negociações entre diferentes universos simbólicos que pautam a atuação do líder comunitário se traduzem, com efeito, em longo prazo, num processo contínuo e paulatino através do qual se constrói a própria figura performática de Juliano. Nesse sentido, o quadro em Anexo I é ilustrativo dos principais itinerários percorridos, bem como dos eventos fundamentais que as minhas incursões em campo puderam acompanhar sistematicamente.

O que está em jogo não é, pois, uma espécie de reconstituição exegética e histórica da trajetória de uma liderança comunitária, mas, antes, a tentativa de pensar a articulação e imbricação de diferentes universos simbólicos através do uso público da palavra por parte de uma das figuras centrais do processo de participação popular na política de Porto Alegre. E, mais importante: não se trata da figura particular de Juliano, nem de entendê-lo como um protagonista dessa história, mas, antes, dos grupos sociais, dos critérios culturalmente mediados de participação, das redes de reciprocidades, das alianças e das tensões macro-sociais a que o seu itinerário dá lugar.

A seleção dos espaços que fizeram parte desta etnografia dos processos políticos obedeceu ao critério da multiplicidade das diferentes arenas de participação democrática desveladas pela mediação de Juliano: Ministério Público, Prefeitura Municipal, SMIC, Câmara Municipal de Vereadores, Centro Popular de Compras, Orçamento Participativo, mídia – procurou-se privilegiar a diversidade de instituições e agentes sociais que compõem o cenário cultural e arquitetônico da esfera pública de Porto Alegre. Muitos dos contextos e diários de campo desta pesquisa que venho realizando desde o início de 2009 não puderam

ser contemplados; cito, aqui, sobretudo, os limites da representatividade de Juliano no interior do Camelódromo – é o caso daqueles indivíduos que, municiados de um olhar crítico sobre o processo, identificam problemas e contradições na condução dos trabalhos e na maneira como o líder se dirige à comunidade através de sua arte oratória *sui generis*. Por outro lado, atuar nos interstícios desses diferentes espaços sociais significa, do ponto de vista da construção representacional do líder comunitário, não somente que *ele esteve lá*, senão que a sua própria arte oratória, sua habilidade de jogar e usar inventivamente os conceitos, as lógicas e as dinâmicas sociais desses campos, se constitui *sobre* esses mesmos itinerários.

* * *

Residente em Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, Juliano foi um dos fundadores da Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP), em 2001. Desde então, vem travando sucessivas disputas em nome da comunidade que representa, seja na defesa de seus interesses, seja na discussão, proposição e execução de um dos maiores projetos arquitetônicos do centro de Porto Alegre – o Camelódromo. Meu primeiro contato com Juliano ocorreu ainda em 2007, ocasião em que freqüentava com assiduidade o FROP da Região Centro do OP; na época, problematizava-se o início das obras do novo empreendimento. Durante todo o ano de 2008, a constante exposição à mídia em função dos conflitos com outros setores e agentes sociais envolvidos na disputa pelo Camelódromo, bem como as diversas manifestações públicas em favor da rediscussão do projeto e da transposição dos camelôs, fizeram-no candidatar-se a vereador de Porto Alegre. Apesar de seu prestígio político e das várias incursões durante a campanha pelas comunidades da Região Centro do OP, em que se consolidou como liderança, fez cerca de 900 votos, o que o colocou numa distante posição de suplência, muito aquém, portanto, de suas aspirações iniciais.

Por sua vez, o projeto de concepção, planejamento e implantação de um Centro Popular de Compras que abrigasse os camelôs e comerciantes informais do centro de Porto Alegre precisa ser entendido tendo em vista o “campo de possibilidades” macrossociológico a partir do que foi possível pensar a emergência e concretização de uma instituição denominada “Camelódromo”. Considero plausível, nesse sentido, abordar o problema da construção de uma espécie de “frente discursiva” em torno do fenômeno e do processo de reurbanização e higienização a que recentemente foi submetida a Região Centro de Porto Alegre: é no interior desse contexto mais amplo que a questão pôde ser politicamente enunciada e praticada. Este é um processo que, quando analisado em sua polifonia discursiva, envolve uma multiplicidade de agentes e semânticas sociais, tão polivalentes – do ponto de vista da organização simbólica do real – quanto o são os substratos subjacentes às macro-políticas governamentais sustentadas pela prefeitura municipal.

De modo geral, a questão do Camelódromo agrega indissociável e concomitantemente a atuação pública de pelo menos três modalidades de agentes diferenciados – de um lado, os agentes estatais (prefeitura municipal, secretarias de gestão, vereadores); de outro lado, os grupos sociais pleiteantes e afetados pelo processo – são estes os camelôs e comerciantes informais que durante várias décadas ocuparam as ruas do centro da cidade e que repentinamente se vêem na iminência dos processos de legalização e de negociação com o Estado – transfigurando uma relação historicamente pontuada pela oposição e pelo distanciamento sistemático da esfera pública. Há, ainda, um terceiro grupo de agentes – são os representantes da construtora do empreendimento, com quem os camelôs deverão manter, doravante, uma relação contratual, jurídica e comercial de locação dos novos espaços de trabalho.

Em meados de 2008, já com a obra finalizada, passou-se a aventar e discutir a possibilidade de postergação da abertura, da inauguração e da transposição dos comerciantes populares – como seriam doravante nominados. O debate travado naquele momento pelos atores implicados no processo inseria-se num quadro mais amplo acerca das diversas irregularidades e insuficiências suscitadas pelo grupo de Juliano com relação à estrutura do novo prédio, tida como imprópria para ocupação, ao mesmo tempo em que estavam em jogo os sentimentos, as expectativas, os anseios e as emoções subjetivas dos camelôs afetados pelo processo de transposição física e cultural da rua para a “gaiola”, como fazem questão de ressaltar. A fim de propulsionar sua atuação e os efeitos pragmáticos da mobilização social, Juliano acionou, recorrentemente, diversas instâncias públicas, tais como o Ministério Público e a prefeitura municipal, alternando períodos de negociação e rompimento simbólicos.

Um dos resultados mais palpáveis, portanto, da intervenção de Juliano – no acionamento estratégico dessas instâncias e na proposição de irregularidades do ponto de vista da construção do prédio – como representante, à época, de parte significativa dos camelôs que ocupariam ulteriormente as bancas do Camelódromo, foi a postergação da inauguração do empreendimento, que viria a ser aberto ao público somente no dia nove de fevereiro. Do ponto de vista simbólico, porém, o que estava em jogo através da agência de Juliano e de sua performatização oratória era a construção de sua reputação como o líder comunitário mais apto ao exercício da função de mediador político, cargo que o acúmulo de capitais e habilidades, como a arte retórica, o uso público da palavra e a rede de alianças e competências técnicas pessoais lhe conferiam.

Gostaria de iniciar com a apresentação de um episódio importante do ponto de vista do roteiro metodológico de uma antropologia dos processos de institucionalização do capital retórico, da operacionalização de uma economia simbólica e cultural de valores, da formação e conversão do capital social e político. Trata-se do processo de escrutínio pelo qual Juliano

foi eleito e consagrado representante oficial dos comerciantes populares, evento, este, ocorrido no dia 16 de fevereiro deste ano.

3.1 – A eleição de Juliano no Camelódromo

A eleição e o escrutínio dos votos acontecia no terceiro andar do prédio. Como fosse a primeira vez que conhecia esta parte do Camelódromo, passei imediatamente a fotografar o local. Estava entretido com a câmera e Juliano se aproximou, me cumprimentando com empolgação. Estampado no centro de sua camiseta havia um pequeno papel com o número dois rabiscado, preso com um alfinete. Ao seu lado, estavam alguns líderes camelôs de outros locais, cujas feições recordei das reuniões de que participamos ainda no ano anterior, durante a época eleitoral. Juliano me convidou para sentar ao seu lado, em um banco improvisado com baldes de tinta vazios. Reiterou a preocupação com a vitória da chapa quatro, cujos representantes estariam aliados ao governo, mancomunados, portanto, a “toda uma política corrupta e que não prioriza quem deveria ser priorizado no Camelódromo”.

Enquanto Juliano conversava com seus companheiros de causa, dirigi-me para onde estavam Dona Vera, Dona Ângela e outras mulheres da ASFERAP. Juntei-me à roda, e ouvi suas opiniões sobre o processo que se desenrolava. Dona Vera, entre outras coisas, estava preocupada com as possibilidades de fraude que poderiam ocorrer durante a apuração dos votos. O processo de escrutínio estava previsto para ocorrer na própria SMIC, ao invés de se desenvolver ali no local, o que, para muitas pessoas, significava a possibilidade de fraude. De outra parte, havia uma preocupação maior com relação à integridade de Juliano, que estaria “se arriscando demais”, o que poderia não agradar às autoridades e representantes governamentais que estariam mancomunadas com a chapa apoiada pelo “poder”.

Aproximava-se o horário de encerramento das eleições. Juliano estava apreensivo e se movimentava com ainda mais rapidez que o usual. O local foi sendo tomado por mais e mais pessoas. As principais autoridades que acompanhariam a apuração já estavam posicionadas ao redor da mesa eleitoral. Chegado o horário, a urna foi fechada, depois lacrada e carregada com cuidado pelo representante governamental, seguido de perto pelo séqüito que o acompanharia até a SMIC. O objeto parecia estar envolto de uma aura sagrada. O grupo caminhou até certo ponto, quando então parou para posar para as fotos, com a urna devidamente apresentada e lacrada. Registrado o momento solene, prosseguiram escadas abaixo, ao som de aplausos e gritos dos que se aglutinavam no entorno.

Continuei registrando o momento com a câmera, até o grupo desaparecer em meio a multidão, que recomeçava, então, sua rotina de vendas – com um diferencial: todos estavam apreensivos pela apuração dos votos. Transcorrido algum tempo, chegam os primeiros boatos de que a chapa de Juliano estaria liderando a contagem dos votos. A fofoca causou alvoroço, Dona Marilda somente comentava: “será que é verdade, meu deus, imagina se for, eu vou ter um troço, de tanta felicidade!”.

Aos poucos, todos foram se acalmando, diante das evidências que indicavam a



Comunidade comemorando a vitória da chapa de Juliano

superioridade da chapa de Juliano. Os céticos ainda comentavam a possibilidade de fraude, inclusive desenvolvendo várias situações hipotéticas de como tal procedimento poderia ser efetivado e levado a cabo. Outros falavam, ainda, das possíveis retaliações que Juliano poderia vir a sofrer, depois de eleito. Alguns minutos de silêncio e uma nova balbúrdia se instala. Alguns gritos, que lembravam espasmos de dor, vinham

de longe; corremos para ver o que acontecia, quando algumas senhoras até então desconhecidas passaram a bradar: “Aeeeeeeeeeeee!!!! É chapa 2!!! Ganhamo! Ganhamo! Aeeeeeeeeeeee!!! Agora é nois!!!!!! Vão ter que nos engolir!!! Aeeeeeeee!!!”. Dona Vera, Dona Marilda, Dona Diva, a esposa de Juliano e a mãe de Lindomar já pareciam ter compreendido o recado, sorriam de satisfação, em parte pela vitória consumada, em parte pelas reações intrépidas daquelas senhoras.

Mais alguns instantes transcorridos, ouço novos gritos de felicitação e de movimentação nas proximidades das bancas da ASFERAP. De fato, era Juliano liderava uma interminável fila de pessoas, que gritavam e socavam os ares, enquanto ele, Juliano, à frente, cumprimentava a todos os camelôs por onde passava o grupo. Segui o movimento por um longo percurso, cuja animação era inquestionável, aos brados de “Eieiei, Juliano é nosso rei! Eieiei, Juliano é nosso rei!”.



Juliano comemorando a vitória de sua chapa, celebrado pela comunidade

Após o encerramento das atividades, acompanhei Dona Vera e a filha, que cuidava pacientemente da banca, até a saída do camelódromo. “Vocês viram que coisa linda? Que festa que foi quando o Juliano voltou? Agora a coisa vai mudar, nós vamos poder lutar de igual pra igual com os poderosos... Ele ainda deve estar por aí... Quem sabe a gente não encontra ele depois, na saída”. De fato, era Juliano quem estava nas proximidades, alguns passos adiante:

(...) muita coisa está errado, Moisés. E agora nós vamos ter serviço pela frente. Mas pelo menos nós vamos ter como negociar. Nós não tínhamos como exigir nada da empresa. Porque tu sabe que isso aqui, na verdade é um conflito que só existe pela ganância e pela vontade do lucro dessa empresa e do governo que resolveu se juntar a eles... Agora nós vamos sentar e impor também as nossas condições. Eles vão ter que aliviar um pouco pro nosso lado, cobrando menos aluguel ou então dando um prazo de carência. E assim tem muita coisa que nós aos poucos vamos ter que contornar e corrigir. (...) Não vai ser fácil, porque mesmo estando na coordenação a partir de agora, vai ter muita gente se posicionando contra essa mudança, contra o nosso esforço e a nossa luta, e vão fazer de tudo pra isso não dar certo.

Entendido como um rito de passagem – que demarca dramatizada e cerimonialmente a transição de status de Juliano no que tange ao seu processo de representação e aos correspondentes usos públicos da palavra – o evento envolveu, ainda, a racionalização subjetiva de outros atores sociais, implicados no processo, e que concorrem para a institucionalização de Juliano como o candidato legítimo com aspirações à coordenação dos trabalhos no Camelódromo. A idéia, amplamente difundida na ocasião, de certa periculosidade a acompanhar o trabalho de mediação política do novo cargo de Juliano, demarca, por sua vez, novos espaços de assimetria entre a comunidade e o seu líder, no sentido de que tais temores contribuem para o estabelecimento da crença na diferença e na especialidade do líder comunitário e, por extensão, na formação de seu prestígio enquanto um capital culturalmente mediado, e assentado no dom e na manipulação da oratória.

3.2 – O Uso da Tribuna Popular na Câmara de Vereadores

Mas a mediação política – através do uso da palavra pública ritualizada – não pode parar. Dentre as estratégias discursivas de Juliano, ressalte-se aquela de maior impacto, decisiva para o futuro político do Centro Popular de Compras e, de maneira particular, para a reputação do líder comunitário: o uso da Tribuna Popular da Câmara de Vereadores, no dia 30 de abril de 2009, que reuniu cerca de 600 camelôs no auditório principal da Casa.



Reunião na Câmara de Vereadores – Créditos da foto: Câmara Municipal

Cheguei ao auditório principal da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que já estava tomado de camelôs, com grande quantidade de vereadores circulando na parte que lhes era protocolarmente destinada. Juliano caminhava impacientemente, trajando uma indumentária pouco habitual, que lhe caía com certa artificialidade: um blazer com gravata, sem formar um terno. Na verdade, o blazer de lã cinza escuro improvisado pouco combinava com a gravata azul marinha displicentemente amarrada ao pescoço. Não obstante, o traje dava o tom da importância que assumia aquele evento para ele e, mais especificamente, para o seu futuro como líder bem-sucedido do Camelódromo. Ele me cumprimentou, mas não nos aproximamos, uma vez que o corrimão físico que nos separava também impingia

distanciamentos simbólicos: naquela ocasião, Juliano estava muito mais preocupado em recrudescer e renovar seu capital político junto aos vereadores, do que conferir demasiada atenção a um *estudante universitário*, coisa que nesse contexto não se mostrava a escolha mais sábia, do ponto de vista exclusivamente das estratégias subjetivas de legitimação naquele espaço. A sessão foi iniciada pelo vereador Adeli Cell, que apresentou a pauta do dia e convidou Juliano a assumir a palavra.

[**Juliano**] Presidente Adeli Cell, uma boa tarde ao senhor e aos vereadores. (...) Eu quero me reportar a 2005, onde a gente, dentro dessa Câmara, também lotada da maneira que ta, a gente veio aqui reclamar e pedir pros vereadores que o projeto de Camelódromo que tava sendo implantado em Porto Alegre, vindo de Belo Horizonte, pra nós não servia. (...) Então, logo após, em função, inclusive, dos vereadores terem ficado do nosso lado, do lado dos camelôs de Porto Alegre, logo após foi dada a idéia de fazer um camelódromo horizontal na Rui Barbosa. (...) a gente começou a apoiar, porque existia uma grande ânsia, não do governo que tava instalado na época, e sim de governos anteriores, de que camelô não poderia estar mais na rua! (...) Só que esse projeto que sensibilizou nós, e sensibilizou os vereadores que estavam na época, e com certeza sensibilizaria os vereadores que foram eleitos neste último mandato, no decorrer do projeto, da sua construção, ele foi se desviando! Ele foi mudando, o projeto! (...) E eu cito, aqui, algumas modificações que foram alvo de protesto nosso durante 2008. Ta aqui, no caderno de prestação de contas da prefeitura de 2005/2006 [levanta o caderno]! Dizia que o sorteio seria universal, e no camelódromo não houve! Que as bancas seriam de quatro metros quadrados, não houve! Isso passou! Isso passou! Isso passou, a gente teve que ser obrigado a assinar um contrato e entrar lá dentro do camelódromo nessas condições.

As recapitulações históricas e processuais, logo ao início da performance, denotam um agudo e particular conhecimento acerca do que está sendo dito, além de se constituir numa demonstração pública de erudição no campo e da habilidade subjetiva em manipular fatos históricos em favor da argumentação. Com efeito, não é a primeira vez que Juliano faz uso desta modalidade de instrumentalização discursiva: em repetidas ocasiões, sobretudo durante as Assembléias Regionais do Orçamento Participativo¹⁴, o uso de matérias de jornal, não raro de vários anos atrás, tem caracterizado o acionamento, com propriedade, de aspectos historiográficos e, por extensão, contribuído para a ostentação pública de suas virtudes.

[**Juliano**] E aí, vereador Aroldo de Souza, eu repito, vereador João Dib, aí entrou um decreto dizendo que em seis semanas tu perde o teu espaço. E digo mais, senhores vereadores. (...) Nós tamos passando necessidade no camelódromo! Nós estamos quebrando dentro do camelódromo! E quero dizer, há uma semana atrás, veio notificação da SMIC dizendo que em cinco dias 26 pessoas perderiam seus espaços porque tavam com o aluguel atrasado.

Outra estratégia veiculada no desenvolvimento do raciocínio de Juliano consiste na tentativa de estabelecer pontes comunicativas com os vereadores, seja através de citações esporádicas e nominais de algumas autoridades, no decorrer do discurso, seja se referenciando à classe de agentes sociais em geral – os “senhores vereadores”. Por meio deste procedimento, o líder comunitário articula, de maneira prévia, o apoio dos interlocutores aos

¹⁴ Em 2009, Juliano foi candidato à titularidade da Temática de Desenvolvimento Econômico, mas foi surpreendido com a eleição de Alfonso Limberger, outro líder comunitário de destaque e um de seus concorrentes na representatividade interna do Camelódromo. Por sua vez, os espaços discursivos relativos às Assembléias do OP, apesar de relevantes para entender a construção retórica de Juliano, não serão analisados nesta etnografia.

quais se dirige, seja através da citação pública do nome, seja estabelecendo laços morais, conectando-os às suas expectativas e projetos. Trata-se, em última instância, da ostentação de um capital social singular, ao mesmo tempo em que a enunciação, feita desta maneira, nos interstícios da performance, restringe o campo de possibilidades da alteridade. Igualmente, ela obriga a uma resposta, institui uma troca simbólica, abre espaços para novos campos de negociação e de projetos: o que está em jogo é a tomada de posições nesta arena política, da qual o vereador citado não poderá mais se furtar, implicado que está – ou melhor, que foi, pelo poder intrínseco ao discurso –, de se justificar e se pronunciar sobre o assunto referido. O comprometimento está, pois, em fazer referência às qualidades subjetivas do interlocutor, a valores morais, a sensibilidades genéricas que poucos ousariam refutar e rechaçar num ambiente público, de exposição à sociedade civil e à opinião pública. “*Eu sei que vocês fariam o mesmo nessa situação*”, equivale a dizer, “eu imagino”, ou, ainda, “eu espero” que vocês o façam.

[**Juliano**] (...) Então, a gente vendo estes problemas todos que tão acontecendo dentro do camelódromo, a gente volta à casa do povo. A casa onde foi aprovado o projeto, aqui vários pais desse projeto tão aqui sentados. E digo pros pais desse projeto que o camelódromo não ta dando certo! 800 pessoas dentro de um espaço, tirando, se bem extremista, 20% que estão em corredores privilegiados, estas estão bem. Agora, os outros 80% tão passando fome dentro do camelódromo!

A plenária reage com estertor, fragmentando o ritmo discursivo de Juliano, numa reação de complementaridade polifônica às palavras do líder. “É verdade! É verdade! Juliano! Juliano! Juliano!”.

- [**Juliano**] Isso, senhores vereadores, a mídia não quer colocar! Não quer mostrar a verdade dentro do camelódromo. Secretários e alguns vereadores não querem que isso apareça na mídia! Não querem que a gente se manifeste contrário ao camelódromo, porque pode arranhar a lisura deste projeto. Mas quando que nós não vamos se manifestar se nós tamo lá dentro não conseguindo pagar os aluguéis?! E um absurdo, vereador Aroldo, seis semanas! Seis semanas, se tu não pagar, tu perde teu espaço! E aí vamos fazer o quê? As pessoas vão perder seus espaços e vão para a rua? Nããão!

- [**Plenária**] Aeeeeeeee!!! É isso aí!!!! É isso aí!!!!

Por tudo isso, “a gente volta à casa do povo”: a mediação política passa a ser articulada nas duas direções, isto é, ela é dirigida tanto aos vereadores, para sensibilizá-los; quanto à plenária, cujos interesses estão sendo representados. Ao mesmo tempo em que está com um pé na Câmara de Vereadores, compreendendo sua dinâmica operacional e o sentido do jogo que ali se desenvolve, também logra articular as expectativas daqueles que esperam por uma decisão, mas cuja lógica de pensamento se referencia às experiências próximas de vida e que não contemplam – nem se espera que o façam – a lógica do campo burocrático e estatal (BOURDIEU, 1996). Enquanto um agente limítrofe – seja na interação com o sistema de agentes e os espaços de posições que eles ocupam na política convencional, seja como ator social deslocado em relação à comunidade – o líder é simultaneamente prisioneiro do seu desejo de prestígio e da sua impotência para realizá-lo, dado que a fonte de seu poder político reside alhures, na própria sociedade que o institui e constitui (CLASTRES, 1979).

- **[Juliano]** A gente foi na Defensoria Pública, e lá nós tivemos guarida. A Defensoria Pública disse ‘segura essas notificações, não tem valor nenhum, durante vinte dias a SMIC não pode mais notificar as pessoas que estão lá dentro’. Ta lá a notificação! Então, a gente ta tendo apoio dos defensores públicos, porque eles estão enxergando que nós vamos acabar perdendo aquele espaço que foi construído para camelôs e não pra lojistas!

- **[Plenária]** É verdade! É verdade! Juliano! Juliano! Juliano!

Mais uma vez, a presença em massa da plenária provoca uma reação enfurecida de aplausos e gritos. O papel desempenhado pela comunidade presente é de caráter complementar, mas nem por isso menos relevante, à performance: o escutar atento e o vasto repertório de intromissões ritualizadas, em momentos estratégicos ao jogo social que ali se desenvolvia, contribuem para corroborar as palavras proferidas por Juliano junto ao “parlatório”. Elas obedecem a toda uma lógica culturalmente orquestrada sobre como devem ser utilizados os aplausos e as ovações interpostas com fins à propulsão do discurso encenado. Ainda mais importante: elas demonstram publicamente a anuência e o apoio que o orador possui da comunidade em nome da qual está autorizado a falar. Sem a sua presença – equivaie a afirmar, sem a presença e a ostentação de toda a rede de reciprocidades a mostrar a posição de onde se está falando –, as palavras e toda a arte oratória de Juliano não teriam a mesma eficácia simbólica.

Outro elemento importante, do ponto de vista estético e discursivo, é a veiculação do caderno de prestação de contas da prefeitura, que é exibido para que todos possam



Juliano em seu discurso na Câmara de Vereadores

contemplá-lo, a fim de se convencerem de que o que está sendo afirmado por Juliano é, de fato, verossímil. Essa verossimilhança, por sua vez, se ampara na crença – e na sua manipulação estratégica pelo líder comunitário – em elementos e dispositivos considerados legítimos no campo da política convencional, em números matemáticos, altamente racionais, de aferição da máquina pública. O uso discursivo da “Defensoria Pública” é mais um desses exemplos que ilustram a tentativa de barganhar o apoio da Câmara a partir de sua lógica interna e das crenças que orientam a sua dinâmica de funcionamento, contribuindo para amplificar a sensação de que a causa sustentada por Juliano tem respaldo e é legítima inclusive aos olhos de outras instituições de caráter democrático.

[Juliano] Eles estavam prevendo que 30% não iam agüentar dentro do camelódromo! Que iam ir pra rua! Que não iam ter condições de pagar! E isso eles sabiam quando o projeto foi implantado, e não fizeram nada pra ajudar nós! Se nós não tivesse a frente desse processo, com todo esse pessoal que ta ajudando, a “Unidade” do camelódromo, já teria saído muito mais que 100 bancas lá de dentro. Então o meu tempo ta terminando, eu quero entregar um documento aos senhores vereadores que analisem com muito carinho, que levem em consideração que os preços que tão sendo cobrados dentro do camelódromo é muito grande, muito alto para nós pagar! Antes nós não pagava nada lá na rua, e agora nós somos obrigados a pagar! Nós pedimos a diminuição do aluguel! [aplausos e gritos] nós pedimos o prazo de um ano de carência, que este ano seja subsidiado pelo estacionamento que vai ser inaugurado daqui a poucos dias! [aplausos e gritos]...

Durante a rememoração da gênese dos processos históricos que culminaram na institucionalização do atual projeto do Centro Popular de Compras, Juliano aciona outra estratégia igualmente importante. Ele propõe a recapitulação das ações levadas a cabo pelo seu grupo social, nas tentativas de reversão e rediscussão dos critérios sobre os quais estava sendo problematizada, em 2008, a questão por ele aventada. Trata-se de lembrar, a todos, o passado grandioso e hiperbólico de lutas sociais, travadas por ele, o guerreiro, à testa da ASFERAP. Do ponto de vista retórico, esta estratégia toma forma pela reiteração estética do mesmo jargão e da mesma estrutura frasal e oracional, inúmeras vezes, durante a disposição e enumeração das supostas irregularidades que caracterizariam a má condução do projeto. Esse procedimento tem a pretensão de fazer criar, no ouvinte, a idéia de repetência, de reprodução, de “cargas” e pesos que se acumulam e amontoam sem solução. O mesmo se passa quando da demanda por soluções: “Nós pedimos...!; Nós pedimos...!; Nós pedimos...!”.

[**Juliano**] (...) Nós pedimos, senhores vereadores e presidente, que a SMIC e alguns sindicatos parem de entrar lá pra dentro para fazer terrorismo! Eles estão aterrorizando! [aplausos e gritos] A prefeitura não está sendo sensível, porque estão exigindo o pagamento de alvará de cinco dias pra não fechar a banca. Que sensibilidade é essa? Nós não temos como pagar os aluguéis e mais pagamento de taxa sindical, vereadores! E mais, o alvará está sendo exigido. Isso não é sensível! Isso é tocar os camelôs pra fora do camelódromo, e não é isso que vocês querem! Não é isso que o prefeito quer, não é isso que a população quer! A população acreditou num projeto que daria certo pros vereadores, pros camelôs, pra população de Porto Alegre e pra todo mundo que se beneficiasse desse espaço! E não é isso que ta acontecendo!

Novamente, o que se observa é a associação discursiva feita entre certas facções do governo e as tentativas de prejudicar o movimento social que é desenvolvido com o objetivo de conduzir os interesses dos comerciantes populares implicados no Centro Popular de Compras. Independentemente da existência concreta ou não de tal conflito de interesses – muitos discutem e acusam Juliano, por exemplo, de politizar as arenas de debate público ao insistir nessa dicotomia –, do ponto de vista simbólico há um componente relevante nesse jogo de denúncias e acusações: trata-se da idéia êmica de que se tais ações de represália levadas a cabo pelo governo se fazem verificar com tanta freqüência, é porque “ele [o governo, de forma pessoal] está com medo” da repercussão e da forma que está tomando o movimento encabeçado por Juliano. A consideração, no planejamento das estratégias, pelo poder público, da existência desses grupos sociais pleiteantes, e as tentativas desencadeadas para inibir e depreciar o seu alastramento, são, assim, tomadas como um indício de prestígio e de poder dos líderes, de sua “força” em mobilizar a comunidade diante do Estado.



Juliano em discurso na Comissão de Finanças da Câmara de Vereadores

Créditos: Câmara Municipal

Na verdade, contudo, trata-se de uma guerra pelo monopólio ou, ao menos, pela hegemonia momentânea da representação social, pela busca de espaços de legitimidade para a enunciação da palavra e a manipulação dos interesses da comunidade. O que subjaz às tentativas de desqualificação da SMIC no espaço do Camelódromo – através de sua infiltração na forma de fiscais e funcionários cuja pretensão não é mais que o disciplinamento e o esquadramento do espaço – é a pretensão de Juliano ao monopólio da legitimidade de sua autoridade no interior do Centro Popular de Compras. O mesmo se passa com os demais



Juliano discursando diante de sua comunidade e dos vereadores de Porto Alegre

Créditos: Câmara Municipal

líderes, concorrentes em potencial, como é o caso de “certos sindicatos”, como astutamente cita em seu discurso, sem fazer a referência explícita ao seu interlocutor. O CPC é, afinal, o seu locus de agência ideal-típico, quer seja por definição (afinal foi eleito pelo voto), quer seja por excelência – afinal ele é camelô e, como tal, está um passo a frente de seus concorrentes no que tange à sensibilidade cultural da mediação de seus interesses. Esse açambarcamento – essas tentativas várias de assenhorear-se do espaço, sem, contudo, fazer uso de outro instrumento e mecanismo que não a palavra pública – se fazem verificar no próprio cotidiano e nas várias manifestações coletivas que traduzem o Camelódromo como um espaço que precisa ser apropriado, do qual os próprios camelôs devem sentir-se senhores para progredir. Não é por outra razão, portanto, que, na parte final de seu discurso, Juliano ressalta suas próprias qualidades como aquele que melhor preparado está para o processo de mediação política, no uso da palavra: não fosse pela “Unidade” construída e presidida pela sua iniciativa, “já teria saído muito mais que 100 bancas lá de dentro”.

[Juliano] Precisamos dos vereadores, precisamos muito que convençam o prefeito e o secretário que esse projeto não ta dando certo da maneira que está sendo levado! Nós precisamos da ajuda de vocês, precisamos que vocês lembrem quando votaram nesse projeto e acreditaram que ia dar certo, porque a população carente precisa de vocês, precisa do trabalho, e tem que ter dignidade pro trabalho, porque formalmente nós não vamos conseguir mais trabalho! [aplausos e gritos] Eu quero pedir socorro ao presidente da Câmara e socorro aos vereadores!

Por fim, a exposição geral das insatisfações e a mediação dos interesses de seus representados é feita com base no uso de algumas frases retóricas de efeito: “Nós estamos passando necessidade dentro do camelódromo! Nós estamos quebrando dentro do camelódromo!”. O encerramento triunfal e solene da exposição é coroado pelo pedido – performaticamente impactante – de *socorro*, com a idéia subjacente de uma irreversibilidade do processo: “(...) porque formalmente nós não vamos mais conseguir emprego. (...) Eu quero pedir socorro ao presidente da Câmara e socorro aos vereadores!”.

Mais uma vez, a comunidade presente intervém e irrompe com aplausos efusivos e brados de guerra, numa demonstração clara de seu poderio tático. O presidente tenta, em vão, pedir e fazer cumprir a ordem do silêncio, acalmando os presentes, que, no entanto, se levantam de onde estavam sentados, batem palmas coordenadas, aos brados de “Juliano! Juliano! Juliano” e “Socorro! Socorro! Socorro!”. A plenária, que lotava o auditório, se manifestava a cada grito de empolgação, a cada parada estratégica, a cada hesitação e gesticulação efusiva. Reagia com socos aos ares, brados de indignação, o corpo engajado em sua totalidade na produção de legitimidade em torno das palavras recém-proferidas do líder.

O uso retórico permanente de uma economia corporal é um dos elementos presentes e, do ponto de vista estético, mais significativos para o entendimento da eficácia simbólica do discurso público de Juliano. Os dedos em riste, as vociferações, os xingamentos, as feições de insatisfação e indignação que acompanham as palavras proferidas, tentando contornar a baixa estatura; enfim, as movimentações físicas, as tergiversações que faz ao iniciar o pronunciamento, são componentes idiossincráticos de sua *hexis corporal*, que atestam um estilo subjetivo de expressão que caracteriza o líder comunitário. Note-se que todo o corpo é envolvido na argumentação: a voz, que não hesita em momento algum, incansável e sempre mantida em alerta, com seu som áspero e agudo, afinada com o tom de denúncia inerente às palavras; a feição do rosto, que paulatinamente vai se intumescendo, à medida que progride na argumentação e elenca os fatos tidos como insatisfatórios e irregulares.

Ao longo dos dez minutos que lhe couberam, percebe-se a repetição incansável e assídua de certas palavras e jargões, bem como de informações estratégicas, para os quais o acento e o recrudescimento da voz se fazem imprescindíveis. Além de imprimir uma quebra na linearidade da fala, o que por si só já a torna mais interessante e menos monótona, os acentos de voz e a repetição são importantes na consubstanciação do argumento que deseja proferir e esposar, na medida em que oferece um leque mais variado e múltiplo de possibilidades de expressão e, portanto, de legitimação. Além do mais, é nesses momentos que Juliano aciona a inter-subjetividade, dirigindo-se e manipulando diretamente com o pensamento de seus interlocutores vereadores. Os exemplos se multiplicam ao longo da exposição: “... esse projeto que sensibilizou nós, e sensibilizou os vereadores que estavam na época, e com certeza sensibilizaria os vereadores que foram eleitos neste último mandato...”; ou então “tenho certeza que não é isso que vocês querem!”.

3.3 – O regresso ao Camelódromo e o Uso Cotidiano da Palavra

Desejo, na última parte deste texto, problematizar outra ocasião singular para o entendimento dos usos públicos da palavra pelo líder comunitário, que diz respeito à recepção êmica das principais resoluções daquela que foi a primeira reunião da Câmara de Vereadores com o Comitê Gestor – por sua vez, composto de um representante da Secretaria (na ocasião, o próprio secretário), o representante da empresa privada que administra o

prédio, Noedi Casagrande, e o representante dos comerciantes populares, Juliano Fripp. O evento ocorreu no dia 05 de maio de 2009, no terceiro andar do camelódromo, em reunião extraordinária convocada pela liderança.

Inúmeras pessoas cercavam Juliano, que estava ancorado contra a parede da sala de convenções do CPC, e de pé sobre o que parecia uma caixa de cerveja. Cerca de cem pessoas – talvez mais que isso – se reuniam em seu entorno para aplaudi-lo e reverenciá-lo. Percebi, logo, que o seu discurso extrapolava os resultados objetivos alcançados na reunião com os vereadores, e fazia uso de outras estratégias para legitimação de suas palavras.

[**Juliano**] Todas as semanas, na segunda-feira, é feita uma oração, aqui em cima, com todas as pessoas que tiverem interesse. E eu acho que isso é uma das coisas mais importantes que a gente pode fazer! Rezar para que as coisas dêem certo, para que o Camelódromo funcione, isso é maravilhoso! Então eu vou pedir pra vocês, por favor, continuem com isso, continuem rezando, não deixem que isso acabe, porque é um trunfo que a gente tem nas mãos, enquanto Deus estiver do nosso lado, a gente vai estar seguro! (...) A idéia inicial do governo e de alguns secretários, era de tirar umas 30 ou 40 bancas aqui de dentro que não conseguisse pagar o aluguel para poder colocar o seu pessoal, que compra os boxes, para colocar o empresário aqui dentro. Só que nós chegamos, nos elegemos pelo voto popular, e invertemos essa lógica de colocar o grande empresário! Nós estamos aqui para defender o camelô, aquele que lutava dia-a-dia na rua e agora está aqui dentro, sem condições de pagar as altas taxas que a iniciativa privada está nos impondo.

Um elemento novo, apresentado ainda na primeira metade do discurso de Juliano – e que se repetirá, ao longo de sua exposição –, é a manipulação identitária da categoria “camelô”, em oposição à de “lojista”. Na verdade, trata-se de um jogo estratégico e ambivalente que o orador sabe ser de alto valor simbólico: ao mesmo tempo em que não está preparado para assumir os encargos financeiros da nova posição social e cultural que a figura do “comerciante” impinge, Juliano também não despreza – chegando, inclusive, a postular – as novas prerrogativas e vantagens que a mudança de status institui: “*Aqui nós somos diferenciados!*”. É uma articulação e uma tomada de posição sobre a questão que tem em vista as sensações, as impressões e os impactos subjetivos do processo de transposição, atentando para o ponto de vista de seus interlocutores – que não se situam, ainda, nem aqui nem lá (TURNER, 2008), mas neste espaço de liminaridade e transitoriedade simbólica entre o universo anônimo da rua e o universo da visibilidade e da legalidade intrínseco ao Camelódromo.



Juliano diante de sua comunidade, no Camelódromo

Aplausos e gritos efusivos se ouviram na seqüência da fala inicial de Juliano, que, de certa forma, preparava o terreno para o que estava por vir: a apresentação dos principais resultados e conclusões parciais discutidos na primeira reunião da comissão formada na Câmara Municipal de Vereadores para problematizar as questões relativas ao Camelódromo.

- Nós tivemos na reunião de segunda-feira, onde estiveram presentes os líderes das principais bancadas, dos principais partidos, inclusive do governo. Além

disso, esteve presente o Casagrande e o Secchim. E basicamente o que eles decidiram é a criação de um fundo para financiar a carência de um ano que nós estamos exigindo do governo. E nós estamos ainda na luta para exigir que 100% dos lucros obtidos com o estacionamento sejam revertidos para esse fundo, porque a prefeitura não investiu um único centavo na construção desse prédio para estar querendo tirar lucros do estacionamento! Sobre a questão dos alvarás, dos auxiliares e do sindicato. Foi decidido que o sindicato cobrar taxas absurdas é inconstitucional! Não pode fazer isso, isso tá na lei! Então não vai ter mais cobrança de taxas de sindicato! Também não vai mais ter chamada, porque não é justo que a SMIC esteja fiscalizando a nossa entrada e a nossa saída num local que nós estamos pagando para vender. Aqui nós somos diferenciados! O governo não pode mais nos tratar sem respeito e dignidade, porque agora nós estamos pagando impostos e temos um contrato em mãos. Nós queremos viver como camelôs, ainda, porque ninguém que trabalhava dignamente nas ruas está podendo ter condições de pagar os aluguéis aqui dentro! Isso o governo tem que entender! Nós ainda não somos lojistas, isso não acontece de uma hora para a outra, talvez um dia a gente seja, mas por enquanto nós somos camelôs!

Prosseguindo seu discurso, não sem dar uma pequena trégua para beber água, uma vez que sua voz já se tornava mais fraca pela impositação da voz, Juliano tenta resolver as questões internas. A questão da representatividade e da legitimidade em fazê-lo volta a figurar e assume papel destacado nessa exposição. Isto aponta para a existência de um amplo conjunto de reciprocidades e de alianças, de redes que se intersectam e se amplificam, por onde as fofocas são produzidas e canalizadas. Através delas, as proezas do líder comunitário são exaltadas, os seus deslizes reprochados, as ameaças dos insatisfeitos (ou incomodados com o rumo da representação), dirigidas e encaminhadas aos seus destinatários. É também por meio delas que os papéis de fofoca (uma antiga prática oriunda das redes de sociabilidade e práticas na rua) tomam forma e se constituem num elemento relevante de análise da lógica local que orienta a formação de alianças e a produção de capital social.



Juliano diante de sua comunidade, em frente à prefeitura, após reunião com vereadores e secretários

[Juliano] Aqui dentro existe uma lista correndo para derrubar o comitê gestor. Eu não sei quem está por trás disso, mas nós fomos eleitos pelo voto democrático, então nós temos o direito de representar todos os camelôs, e nós estamos nos esforçando ao máximo para conseguir dar conta de toda essa responsabilidade. Agora, a gente também sabe que o pessoal do Secchim aqui dentro vai fazer de tudo para mentir pros vereadores e conseguir uma lista falsa de satisfeitos com a situação, assim como é falsa a lista que tá correndo para derrubar o comitê gestor!

Os gritos de veneração da população ao discurso de Juliano interrompem sua fala, momento em que aproveita para recuperar suas energias com novo gole de água. Ele inspira fundo e dá prosseguimento à sua explanação.

[Juliano] Aqui dentro ninguém vai perder os seus pontos! Isso tá resolvido, a SMIC está proibida de despejar qualquer camelô que esteja com as suas parcelas de aluguel atrasadas. O que nós vamos fazer com esse pessoal que está em atraso é analisar cada caso individualmente, para ver quem está passando realmente por necessidades (...). Ninguém vai ser despejado, isso acabou! Nós queremos ter os 800 camelôs aqui dentro! Ninguém vai sair! O que nós precisamos, cada vez mais, é unidade entre nós!

Nós precisamos nos fortalecer e nos unir, cada um pensando no coletivo, cada vez mais! Porque a nossa força ta nisso, ta na nossa união, na nossa capacidade de mobilização em conjunto! E isso ninguém pode nos tirar, nenhum governo, nada! Enfim, as coisas evoluíram muito, nós estamos a um empurrãozinho de chegar lá, onde a gente queria estar desde o início. Falta muito pouco agora!

Muitas das informações proferidas por Juliano não condizem, factualmente, com as interpretações de outros agentes do campo – sobretudo aqueles vinculados à estrutura governamental, que provavelmente contestariam a validade de todas as afirmações enunciadas. Isso deixa claro que o que está em jogo, no discurso do líder comunitário, é uma reapropriação idiossincrásica e uma leitura particular do contexto social da reunião de que participou e cujas informações está comunicando. Trata-se de uma construção imagética, uma ressemantização, em certa medida idílica, que faz operar e surgir, no seu interlocutor, a imagem de uma comunidade moral de sentido e de sentimento, a necessidade de um dever, um projeto cultural com vistas ao futuro, onde tudo será harmonioso, feliz, pacífico, homogêneo e ordenado. Enfim, em uma só palavra, trata-se da materialização de um sonho. Um sonho que foi concebido em conjunto e que, por isso mesmo, não poderá abdicar de ninguém: “Ninguém vai ser despejado! Ninguém vai sair!”. Juliano extrapola as habilidades de mediador político, pois, para se concentrar, à maneira do líder religioso, na proposição e busca de uma dimensão outra, imaginada e que constitui o fundamento de todo o trabalho incessante no tempo presente.

[**Juliano**] Eu quero pedir novamente mais mobilização! Nós temos que nos apoiar, porque esse é o momento crucial da nossa luta! E o nosso caminho é um caminho direito, de pessoas honestas e trabalhadoras, e o que vai levar aos melhores resultados. Para encerrar, eu quero pedir mais unidade para todos! Porque se a gente se mantiver unido em torno dessa causa, ninguém vai nos impedir de chegarmos onde nós queremos. Ninguém vai nos impedir de construir o Camelódromo que nós sonhamos!

A reunião não poderia terminar melhor; Juliano é ovacionado por todos os presentes, que passam a se retirar de forma paulatina, enquanto o palco improvisado era desfeito. Algumas poucas pessoas permaneceram ao seu redor, na tentativa de conseguir conversar mais detidamente sobre o que aconteceu nas reuniões, não sem dar algum palpite ou conselho sugestivo a Juliano sobre como proceder.

O evento torna evidente, ainda, como o líder comunitário é convocado pelos seus interlocutores a dar esclarecimentos e informações acerca do processo em tramitação na Câmara de Vereadores. São as ocasiões em que compete proceder à adequação e compatibilização da morosidade da burocracia estatal com a urgência e premência das demandas locais; dos interesses dos políticos de ofício com os interesses comunitários. Como explicar àqueles que confiam na eficácia de sua palavra que algumas reuniões não surtem efeito, de que se trata de um longo e demorado processo de conquistas e litígios – permeado por muitos reveses – que colocam em jogo uma diversidade de interesses? Como não deixar perecer a relação de confiança instituída, naqueles momentos em que o líder se torna

impotente e depende de outras instâncias decisórias? O último ponto a ser destacado trata, por conseguinte, das recomendações de Juliano a sua comunidade – pagar ou não pagar o aluguel? Qual a melhor estratégia, enquanto esperamos? Como se constrói a relação do líder com a sua comunidade naquelas situações ordinárias, em que “nada” acontece politicamente e a figura do chefe não está constantemente em evidência? Estas preocupações compõem a subjetividade de Juliano, e se manifestam nas ocasiões mais recônditas, emocionalmente (in)tensas, quando o que está em jogo, não é a performatização dramatizada e o uso do capital retórico e público; ao contrário, nesses casos, trata-se da tensão permanente entre os códigos culturais que fundam a vida em comunidade e os atributos e competências que singularizam o sujeito enraizado e plasmado pela coletividade. “O que eu vou dizer praquela gente? Como vou explicar que nada está acontecendo?”.

Gostaria de encerrar o texto ilustrando este último argumento, a partir da apresentação de dois extratos de meus diários de campo recentes, que deixam entrever como se estabelecem as conexões do líder com sua comunidade nessas situações cotidianas e ordinárias, pontuadas pela tensão da espera e pelas expectativas e incertezas com relação ao futuro no Camelódromo. O primeiro caso trata das recomendações de Juliano ao dirigir-se aos seus interlocutores e comunicar-lhes as principais resoluções de mais uma reunião na Câmara de Vereadores; o segundo acontecimento, com o qual pretendo encerrar esta discussão, demonstra fatidicamente, através de um pequeno diálogo, a atuação do líder como uma espécie de psicólogo ou terapeuta individual, ao restituir e atualizar a crença nos principais dispositivos e categorias de apreensão da realidade que ordenam a participação no movimento social encabeçado por Juliano.

Enquanto as pessoas pareciam cada vez mais apavoradas pela postergação no tempo das decisões e negociações, o acúmulo das dívidas de aluguel sem uma resolução objetiva, Juliano parecia sereno. Várias pessoas perguntam a ele sobre a reunião, ao que ele retruca, simples e vagamente, “que as coisas estão avançando”:

- Eu não me preocupo muito com isso, porque enquanto a coisa ficar assim, em suspenso, eles não vão poder fazer nada. A SMIC não vai poder fazer nada, não vai poder despejar porque eles vão estar desrespeitando a Comissão instituída e a Câmara Municipal. Então até o dia 23 [data prevista para a próxima reunião] nós estamos tranqüilamente assegurados. E eu vou pedir pra ninguém pagar nada, a não ser o condomínio, porque isso é uma coisa muito justa, afinal nós estamos aqui dentro e usufruindo do prédio. Mas nós não podemos pagar o aluguel, porque nós não estamos vendendo o suficiente para isso. Eu por exemplo teria condições de pagar o aluguel, mas pelo que eu faço por fora do CPC, pelos negócios que eu tenho fora, porque aqui dentro eu não vendo nada, nada. Então a gente tem que ter isso bem claro em mente, ninguém pode pagar! As pessoas tão precisando participar em feiras, tem gente saindo do CPC para ir vender em outros lugares porque aqui dentro não acontece nada. Se eu começo a pagar o aluguel com o dinheiro que eu ganho lá fora, tu começa a fazer o mesmo, e daqui a pouco o nosso amigo ali não vai ter condições de pagar, porque não ta vendendo e não tem outro meio de subsídio, aí a gente vai estar ferrando com ele! Nós temos que segurar junto! Nós temos que lutar pela nossa anistia!! Porque a idéia do Secchim é fazer uma lavagem cerebral na gente, ele quer convencer a gente que o problema é nosso, ta nas nossas bancas, nas nossas mercadorias. Nós temos que segurar junto e vamos até a frente da prefeitura para protestar. Nós não podemos deixar que eles nos desarticulem aqui dentro, nós temos que conservar a unidade do nosso movimento a todo custo! Porque se cada um começar a pagar quando puder, quando tiver um dinheiro, não vai dar. Se for cada um por si e deus por todos, aí já viu, acabou tudo.

Enquanto conversávamos, Juliano e eu, na Praça de Alimentação do Camelódromo, uma velha senhora veio ao seu encontro, o semblante abatido, uma notificação em mãos, recebida a pouco por um dos fiscais da SMIC. Tratava-se de um aviso de despejo. Ela chorava, balbuciava, insegura, e Juliano reanimou-a, utilizando-se de quatro estratégias discursivas: em primeiro lugar, fazendo crer de que aquela senhora era parte de uma coletividade, de um movimento social reivindicatório, e de que há um acordo político que assegura a permanência de todos os comerciantes populares no Camelódromo. Em segundo lugar, a manipulação da religiosidade e, em particular, da crença em Jesus; em terceiro lugar, uma diminuição simbólica da figura do fiscal, na tentativa de fazer perder o medo do poder coercitivo e vigilante do poder público contra os camelôs; em quarto lugar, a ênfase na cidadã de direitos, na idéia de que não há somente deveres, mas também direitos a serem respeitados, e que participar de um movimento organizado e deixar de obedecer a uma injunção legal pode significar, igualmente, o respeito aos direitos do indivíduo.

[Juliano] A Senhora não pode ficar assim! A senhora faz parte de um movimento! Nós temos um acordo com a prefeitura! Até o dia 15 de dezembro não haverá despejo! A senhora não pode aceitar passivamente essas notificações desses fiscalzinhos de merda! Eles não têm nenhum poder! Só querem plantar o terrorismo aqui dentro! A senhora é uma cidadã de direitos! Não precisa ter medo e sair correndo entregar o dinheiro que a senhora não tem para a empreendedora!

[dona Maria] Mas eu tenho medo de ficar devendo... Eu nunca fiquei devendo na minha vida e não é agora que eu vou começar... Eu tenho muita fé em Jesus e no Espírito Santo!

[Juliano] Então use a sua fé e o nosso movimento e não assine mais esse papel. Porque essa é a estratégia deles! Eles querem que todo mundo assine com medo, fazer todo mundo refém da empresa! Só que eles não são ninguém! A senhora não parece que tem fé! Tem que ter fé que as coisas vão melhorar, a senhora vai ver! Mas não saia correndo pra pagar as suas dívidas! Não se entregue!

[dona Maria] Sabe que tu tens razão! Eu não vou mais me preocupar tanto com isso! Muito obrigado, viu, Juliano! Deus te abençoe!

CONCLUSÃO

Procurou-se demonstrar, ao longo desta monografia, por meio de uma discussão teórico-etnográfica, as possibilidades epistemológicas e interpretativas que uma abordagem sobre os usos da retórica, da arte oratória e da palavra pública podem trazer para a compreensão de fenômenos culturais e sociais mais amplos, associados, por exemplo, às dinâmicas de representação no bojo da democracia participativa, bem como à operacionalização da mediação política por espaços estratégicos aos itinerários percorridos pelos líderes comunitários implicados nesses processos.

Os adornos locais que são impressos pelos agentes da democracia participativa, cotidianamente, através de sua atuação encarnada, servem de aporte para pensar como o indivíduo – atravessado por essas redes sociais de significado cultural de que é inexoravelmente parte integrante – articula o dom da oratória em diferentes espaços pelos quais transita e nos quais ele constrói suas habilidades – sobretudo as técnicas relacionadas à adequação performática da retórica a contextos específicos e sua conversão em outras modalidades de capital. De forma particular, a reputação que resulta do prestígio e da crença da comunidade nessas competências – que somente podem se estabelecer desta maneira, isto é, como uma *doxa* naturalizada, na medida em que o líder ostente publicamente os seus dons como mediador político – estabelece uma diferenciação para com o indivíduo ordinário, membro da comunidade, em nome de quem a liderança atua.

A realização do trabalho de campo e, em particular, da observação participante, nessas arenas heteróclitas de atuação, impõe uma série de dificuldades operacionais e metodológicas. Acima de tudo, estes são campos altamente dinâmicos, volúveis, cheios de tensões constitutivas e conflitos armados, onde os acontecimentos afloram a todo momento e de maneira imprevisível. De forma análoga ao que acontece com o líder comunitário em permanente trânsito pelos espaços da democracia participativa, lidar com todos esses diferentes aspectos multifacetados que compõe a própria estrutura dos campos de atuação impõe ao antropólogo a necessidade do aprendizado da economia simbólica subjacente aos mesmos, bem como de um traquejo subjetivo para privilegiar certos espaços de interação e, por extensão, de produção simbólica, onde será realizada a etnografia.

Nesse sentido, o primeiro capítulo operou uma contextualização teórico-metodológica em três etapas: a construção de um panorama geral a partir do qual tem sido problematizada a democracia participativa na literatura acadêmica; a elaboração de um quadro teórico de análise da participação popular na esfera pública a partir dos usos públicos da palavra e da manipulação de uma arte oratória; e a construção metodológica em torno da conexão dos diferentes eventos e perspectivas que acompanham os itinerários dos agentes a partir dos quais a etnografia multissituada tomou forma. A idéia principal a ser retida dessas reflexões

reside no caráter mutuamente dependente da noção de mediação política e arte oratória. Isto significa que os usos persuasivos da palavra em espaços públicos constituem sua eficácia simbólica a partir de dois processos indecomponíveis: de um lado, a mediação política – implicando a circulação, os fluxos, a movimentação, a tradução de experiências e produção de sentidos – significa que o ato da fala comunica e produz um sentido específico. Por outro lado, ela é fundamental para o entendimento da arte oratória, já que permite entrever e apropriar as lógicas dos diferentes espaços de interação, o sentido a partir do qual esses campos se constituem, as diferentes lógicas culturais que demandam um ordenamento e uma conexão discursiva entre si – isto é, que demandam o uso da oratória¹⁵. Assim, a mediação política só adquire sentido quando associada ao emprego da arte oratória, a capacidade de performatizar e de conectar esses universos de significado na agência discursiva do orador – a arte vista como invenção de um discurso, que conduz à reputação e à legitimidade da representação, de poder dispor da palavra.

O segundo capítulo jogou luz sobre o jogo social e as dinâmicas de representação e de construção da reputação que são desveladas na manipulação inventiva da arte oratória, no âmbito do FROP Centro do OP-POA. A mediação política – a capacidade de refletir e produzir sentidos no próprio ato da fala, em universos simbólicos fronteirizos – aparece aqui, pois, como um elemento discursivo importante para a compreensão de como diferentes eventos, espaços de interação e agentes sociais heteróclitos são conectados performativamente na fala de diferentes conselheiros e delegados. Ao refletir sobre os diferentes usos e experiências discursivas de delegados e conselheiros no uso público da palavra, operou-se a construção de duas modalidades arquetípicas de engajamento e agência nesses espaços. Da mesma forma, um dos objetivos foi captar o jogo de trocas e dinâmicas entre essas diferentes perspectivas de engajamento, incluindo-se, portanto, a dimensão temporal-diacrônica, ao considerar os processos de filiação e desfiliação entre líderes comunitários e líderes esse sem respaldo (alguns deles “adesivados”), cuja clivagem estrutura as relações entre os participantes do fórum. As performances e dramatizações sociais, nesse sentido, se afiguraram como uma chave explicativa da maior importância no processo de entendimento do fazer político local e contextual, bem como se constituíram numa porta de acesso privilegiada aos sentidos e atribuídos por esses atores sociais ao processo de participação, tendo por base os contextos altamente volúveis e instáveis a partir dos quais os termos e esquemas culturais afloram e se sobrepõem uns aos outros, numa constante bricolagem cultural e política.

Por fim, o terceiro e último capítulo é o resultado de um amplo processo de investigação em torno do processo de circulação de pessoas e fluxos de poder para além dos

¹⁵ Sem esses diferentes universos que demandam uma articulação, a arte oratória não seria necessária – o chefe tribal não necessita converter mensagens de um universo simbólico para outro. Ele apenas atua a partir da cosmologia de sua própria comunidade.

espaços institucionais da democracia participativa da cidade. Procurou-se demonstrar como a construção e legitimação da figura do líder comunitário – entendido como um agente limítrofe e mediador político –, de maneira particular, está atrelada indissociavelmente ao uso e à manipulação pública da arte oratória, estruturando as relações do líder diante de sua comunidade e nesses outros espaços de atuação que caracterizam sua agência e itinerários.

Nesse sentido, a etnografia tratou de tencionar a arte oratória como um elemento importante e central na constituição da agência de indivíduos destacados – de certa forma, liminares –, na busca pela consecução de suas intencionalidades culturalmente mediadas e na tradução e operacionalização destas numa linguagem típica dos campos pelos quais circulam – seja o vocabulário léxico intrínseco às esferas do OP, da Câmara Municipal, da Prefeitura ou da comunidade vernácula. Estes diferentes estilos de expressão e a adoção estratégica de cada um deles em contextos e momentos específicos é um dos capitais fundamentais na propulsão política de qualquer líder comunitário. De certa forma, procurou-se analisar cada uma destas situações e apontar para o uso estratégico da discursividade do líder comunitário como um elemento central da construção de seu capital simbólico – sobretudo o capital político e o capital social.

Por fim, a necessidade inexorável do líder comunitário de sempre estar agindo denota que a conquista da representatividade e da legitimidade – seja para discutir entre seus pares na democracia participativa ou para além dela, seja para atuar em nome da comunidade – não se renova automaticamente e não pode ser acionada tão-somente pela exaltação e entronização das glórias do passado. Ela depende de lutas, articulações e negociações – da possibilidade de agência, de mediação, da experiência e do improviso do chefe político. Ela é um espaço permanentemente em aberto, sujeito a alterações e modificações bruscas, que dependem da correlação de forças de cada contexto de ação e dos equilíbrios e jogos de poder entre os atores sociais que dele fazem parte. De sorte que este é um campo em permanente construção, dependente das veleidades que o caracterizam, em que a atuação do antropólogo (em alguma medida também performática), sempre vigilante e precavido, deve estar em conexão direta com tais modificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. “Disjunção e diferença na economia cultural global”. IN: FEATHERSTONE, [org.]. *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 311-328.

AUSTIN, John L. *How to do Things with Words*. Oxford: Harvard University Press, 1962.

AVRITZER, Leonardo. “O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico”. In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-60.

BOURDIEU, Pierre. “Espírito do Estado – gênese e estrutura do campo burocrático”. IN: *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. “O ser social, o tempo e o sentido da existência”. IN: *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARDOSO, Vânia Zikán. “Narrar o mundo: estórias do ‘povo da rua’ e a narração do imprevisível”. *Mana* [online], 2007, vol. 13, no. 2, pp. 317-345.

CLASTRES, Pierre. “O dever de palavra”; “A Sociedade contra o Estado”. IN: *A Sociedade contra o Estado*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 149-211.

CSORDAS, Thomas. *Corpo/Significado/Cura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

DAMO, Arlei Sander. “A peça orçamentária: os sentidos da participação na política a partir do OP porto-alegrense”. In: FONSECA, Claudia; BRITTES, Jurema (Org.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 136-183.

_____. “Cultura e Agência: o Engajamento no Orçamento Participativo”. IN: *Revista Campos*, 9/1:51-85, 2008.

DE CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien, t. I: arts de faire*. Paris, Gallimard, 1990

DELZESCAUX, Sabine. *Norbert Elias : une sociologie des processus*. Paris: Harmattan, 2001.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

EVANS-PRICHARD, Edward E. IN: *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, p. 150-200.

FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. IN: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard. *Norbert Elias: a política e a história.* São Paulo: Perspectiva, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. *Negara: o Estado teatro do século XIX.* Rio de Janeiro, DIFEL, 1991.

_____. *O Saber Local.* Petrópolis: Vozes, 1997.

GHASARIAN, Christian. “Art oratoire et citoyenneté participative à Rapa (Polynésie française)”. IN: NEVEU, Catherine [org.]. *Cultures et Pratiques Participatives.* Paris: L’Harmattan, 2007.

GIDDENS, Antony. *A Constituição da Sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JOSGRILBERG, Fábio B. *Cotidiano e Invenção: Os espaços de Michel de Certeau.* São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

KUNRATH SILVA, Marcelo. *Construção da “participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.* Porto Alegre: UFRGS/PPG Sociologia, 2002.

LE BRETON, David. *A Sociologia do Corpo.* Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. *As Paixões Ordinárias: antropologia das emoções.* Petrópolis: Vozes, 2009.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MIYAZAKI, Hirokazu. “Economy of Dreams: Hope in Global Capitalism and its Critiques”. IN: *Cultural Anthropology*, 2006, Vol. 21, Issue 2, pp. 147-172.

ORTNER, Sherry B. “Poder e Projetos: Reflexões sobre a Agência”. IN: *Conferências e Diálogos: Saberes e práticas antropológicas.* Goiânia: 25ª Reunião Bras. de Antropologia, 2006.

_____. “Uma atualização da Teoria da Prática”. IN: *Conferências e Diálogos: Saberes e práticas antropológicas.* Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006.

OTTONI, Paulo Roberto. *Visão Performativa da Linguagem.* Campinas: UNICAMP, 1998.

PEIRANO, Mariza. “Antropologia política, ciência política e antropologia da política”. In: *Três Ensaio Breves.* Série Antropologia, nº 231, Depto. De Antropologia/ Unb, 1996, p.15-26.

_____. *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2001.

Relatório “Rumo a um Orçamento Participativo mais inclusivo e efetivo em Porto Alegre”, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento junto com o Banco Mundial, 2008.

RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza.* Trad. port. de Jorge Pires. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

SAHLINS, Marshall. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. IN: MANA 3(1):41-73, 1997.

STEIL, Carlos Alberto [org.]. *Antropologia e Política.* Horizontes Antropológicos, UFRGS, IFCH, Ano 7, n. 15. Porto Alegre: PPGAS, 2001.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas.* Niterói: Ed. UFF, 2008.

_____. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura.* Petrópolis: Vozes, 1974.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina [orgs.]. *Mediação, Cultura e Política.* Rio de Janeiro: Acroplano, 2001.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura.* São Paulo: EDUC, 2000.

ANEXOS**Anexo I**

DATA	EVENTO	ESPAÇO DE ATUAÇÃO	AGENTES ENVOLVIDOS
02.07.08	Anúncio da Candidatura de Juliano a Vereador	Reunião do FROP Centro na Sala 10 Mercado Público	Conselheiros, Delegados e comunidades atuantes na Região Centro do OP-POA
28.08.09	Reunião da ASFERAP na Câmara de Vereadores	Reunião com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara	ASFERAP, SMIC, Vereadores, Imprensa
05.09.08	Festa de Campanha Eleitoral	Clube Farrapos	ASFERAP, candidatos e militantes do PCdoB
19.09.08	Reunião da ASFERAP na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores	ASFERAP, SMIC, Vereadores, Conselheiros do OP, Imprensa
19.09.08	Caminhada e Protesto em frente à prefeitura	Paço Municipal de POA	ASFERAP, Vereadores, agentes de governo, Imprensa
19.09.08	Passeata de Campanha Eleitoral	Ruas da Região Centro	ASFERAP, militantes e políticos do partido
03.10.08	Campanha Eleitoral pelas Vilas do Centro de POA	Diversas Vilas do Centro de POA	Comunidade atuante no FROP Centro, ASFERAP, conselheiros e militantes do partido
05.10.08	Eleições Municipais e o Apuramento	Esquina Democrática	ASFERAP
09.01.09	Reunião da ASFERAP	Sala 10 Mercado Público	ASFERAP, SMIC, Consultores de Marketing e Vendas
14.01.09	Vitorias: Ministério Público; SMOV	Camelódromo	ASFERAP, camelôs, empreendedor, SMIC, SMOV
09.02.09	Inauguração do Camelódromo	Camelódromo	ASFERAP, SMIC, empreendedor
16.02.09	Eleição de Juliano	Camelódromo	ASFERAP, SMIC, UAMPA, empreendedor
05.03.09	Primeira Reunião dos Camelôs	Camelódromo	ASFERAP, comerciantes populares
06.03.09	Protesto de fechamento das bancas	Camelódromo	ASFERAP, imprensa, conselheiros, políticos
31.03.09	Desfile de Modas	Camelódromo	ASFERAP, imprensa, comerciantes populares
23.04.09	Assembléia Temática Desenv. Econ.	Assembléia Legislativa	ASFERAP, comerciantes populares, agentes estatais
30.04.09	Tribuna Popular	Câmara de Vereadores	ASFERAP, comerciantes, vereadores, imprensa

05.05.09	Segunda Reunião dos Camelôs	Camelódromo	ASFERAP, comerciantes populares
07.05.09	Reunião com secretário da SMIC	SMIC	Juliano, Neca e Moisés
11.05.09	Primeira reunião do Comitê Gestor na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores	Juliano, Casagrande, vereadores
19.05.09	Segunda reunião do Comitê Gestor na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores	ASFERAP, vereadores, SMIC, prefeitura, comerciantes populares, imprensa, empreendedor
21.05.09	Tribuna Popular de Moacir	Câmara de Vereadores	Juliano, Moisés, comerciantes populares, vereadores
02.06.09	Terceira reunião do Comitê Gestor na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores	ASFERAP, vereadores, SMIC, prefeitura, comerciantes populares, imprensa, empreendedor
01.07.09	Quarta reunião do Comitê Gestor na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores	ASFERAP, vereadores, SMIC, prefeitura, comerciantes populares, imprensa, empreendedor
25.08.09	Quinta reunião do Comitê Gestor na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores	ASFERAP, vereadores, SMIC, prefeitura, comerciantes populares, imprensa, empreendedor
26.08.09	Reunião e Protesto na Prefeitura	Paço Municipal e Prefeitura	ASFERAP, comerciantes populares, prefeitura, vereadores, Secretário de Gestão, imprensa
15.09.09	Reunião e Protesto na Prefeitura	Paço Municipal e Prefeitura	ASFERAP, comerciantes populares, prefeitura, vereadores, Secretário de Gestão, imprensa
22.09.09	Reunião e Protesto na SMIC	SMIC	ASFERAP, comerciantes populares, prefeitura, vereadores, SMIC, Secretário de Gestão, imprensa
28.10.09	Sexta reunião do Comitê Gestor na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores	ASFERAP, vereadores, SMIC, prefeitura, comerciantes populares, imprensa, empreendedor